

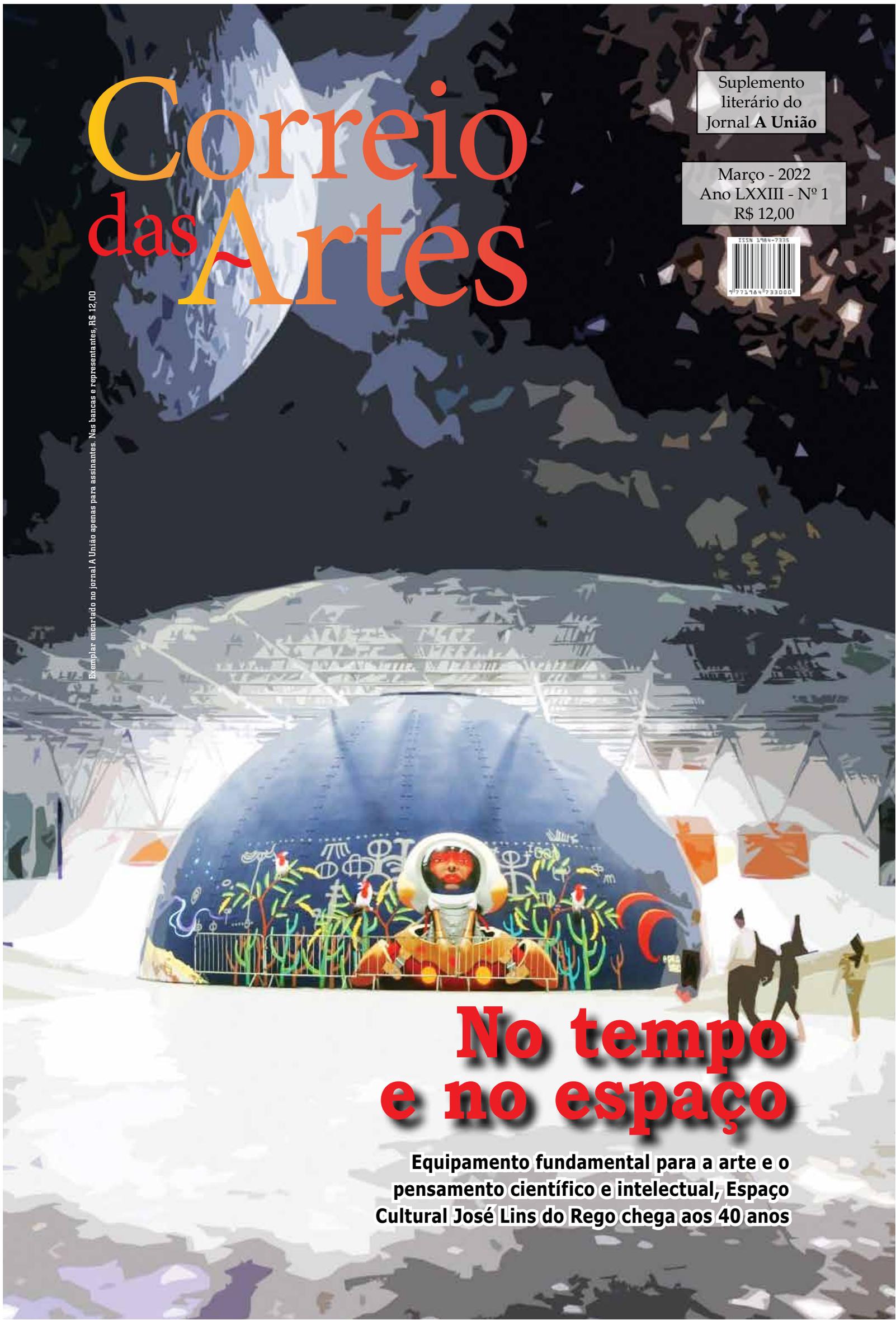
Correio das Artes

Suplemento
literário do
Jornal A União

Março - 2022
Ano LXXIII - Nº 1
R\$ 12,00



Exemplar encartado no jornal A União apenas para assinantes. Nas bancas e representantes, R\$ 12,00



No tempo e no espaço

Equipamento fundamental para a arte e o
pensamento científico e intelectual, Espaço
Cultural José Lins do Rego chega aos 40 anos



Livro que retrata a vida refletida em crônicas publicadas nas páginas de A União. Produzido com a participação dos cronistas do jornal.

Locais de Venda:

- Editora A União (3218-6500)
- Rádio Tabajara (83 9105-5864)
- Sebo Cultural (3222-4438)
- Livraria do Luiz (3576-5573)
(99317-6944)

R\$30,00

A UNIÃO

EDITORA
A UNIÃO


EMPRESA PARAGUARIANA
DE COMUNICAÇÃO

Um espaço nobre

Reconhecido como um equipamento único no Brasil, o Espaço Cultural José Lins do Rego, localizado em uma área residencial de João Pessoa (PB), completa, no próximo mês de abril, 40 anos de sua inauguração. Havia sido entregue há pelo menos dois meses quando uma solenidade bastante prestigiada por autoridades políticas locais e nacionais, artistas e intelectuais saudaram a chegada do majestoso projeto do arquiteto carioca Sérgio Bernardes (1919-2002) ao povo da Paraíba, um dos grandes marcos da gestão do então governador Tarcísio de Miranda Burity (1938-2003).

Desde abril de 1982, o Espaço Cultural tem cumprido, com esmero, sua função para o desenvolvimento artístico, intelectual, educativo, científico, de lazer e de formação, das mais diversas vertentes, através de cursos, mostras e equipamentos, como teatros, biblioteca, palcos e galerias e até um planetário, referência nacional. Por isso tanto, é um equipamento

Desde abril de 1982, o Espaço Cultural tem cumprido, com esmero, sua função para o desenvolvimento artístico, intelectual e educativo

importantíssimo, abraçado com carinho por gestores e pelo público em geral, ao longo de todos esses anos.

A reportagem que o leitor irá encontrar nas próximas páginas procura dar a dimensão a esse grande espaço voltado às artes e ao pensamento intelectual e científico, mas não esgota os 40

anos de história que sustentam as fundações do Espaço Cultural José Lins do Rego. As apresentações históricas, as ações que beneficiaram um incontável público, as pessoas que passaram por aquela Praça do Povo, de nomes nacionais a internacionais, de pequenos a grandes eventos.

O que se tem a seguir é uma polaroide, como se dizia antigamente, de um projeto que tanto orgulha a Paraíba e que não para de crescer - por estes dias, abre, com muita honra, um memorial dedicado ao legado do renomado artista Abelardo da Hora. Portanto, embarque nessa breve história do Espaço Cultural José Lins do Rego, com depoimentos inéditos e exclusivos de alguns personagens que deram - e ainda dão - muito espaço para a cultura.

Boa leitura!

O editor
editor.correiodasartes@gmail.com

índice



MODERNISMO

André Cervinski investiga os efeitos provocados por Manuel Bandeira no Nordeste, a partir da agenda que deu origem à Semana de 1922.



CRÍTICA

Escritor indicado ao Jabuti e professor de escrita criativa, o colunista Tiago Germano reflete sobre o papel da crítica literária nos dias de hoje.



POESIA

Em 'Festas Semióticas', o professor Amador Ribeiro Neto avalia o novo livro de Líria Porto, 'Quem tem pena de passarinho é passarinho'.



JAPONÊS

Com duas entrevistas exclusivas com especialistas em literatura japonesa, artigo passeia pela história da cultura nipônica a partir dos livros.



OUVIDORIA:
99143-6762



SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.

Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA PRESIDENTE

William Costa
DIRETOR DE MÍDIA IMPRESSA

Amanda Mendes Lacerda
DIRETORA ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE PESSOAS

Rui Leitão
DIRETOR DE RÁDIO E TV

Correio das Artes
Uma publicação da EPC

Av. Chesf, 451 - CEP 58.082-010 Distrito Industrial - João Pessoa/PB

André Cananéa
GERENTE EXECUTIVO DE MÍDIA IMPRESSA
EDITOR DO CORREIO DAS ARTES

Paulo Sérgio C. Azevedo
DIAGRAMAÇÃO
Domingos Sávio
ARTE DA CAPA



capa

Há 4

um Espaço para c

FOTO: MARCOS RUSSO/A UNIÃO

40 ANOS,

cultura, aprendizagem e arte

Alexandra Tavares
lekajp@hotmail.com

Ao som de Mozart, Strauss, Tchaikovsky e outros gênios da música clássica mundial, o Espaço Cultural José Lins do Rego foi apresentado oficialmente pela primeira vez ao público em maio de 1982, por meio de um concerto realizado pela Orquestra Sinfônica da Paraíba (OSPB), conduzida pelo conceituado maestro Isaac Karabtchevsky, regente paulista convocado especialmente para a inauguração

simbólica. O evento foi realizado dois meses após a conclusão da obra, ocorrida em março, mês em que recebeu os primeiros visitantes. Idealizado pelo ex-governador Tarcísio de Miranda Burity (1938-2003) ao custo de aproximadamente Cr\$ 1 bilhão (um bilhão de cruzeiros), o equipamento cultural se destaca, 40 anos depois, pela sua imponência e por ser um importante celeiro cultural do país. ▶

A solenidade inaugural contou com a presença de centenas de pessoas e autoridades, como o então vice-governador Clóvis Bezerra, o deputado Wilson Braga, o comandante do 1º Grupamento de Engenharia, general Inaldo Seabra, além de secretários de Estado e inúmeros políticos e empresários. Na ocasião, o governador Tarcísio Burity frisou que o centro cultural foi uma “homenagem ao povo e à inteligência da Paraíba”.

Tamanha era a relevância do evento que o próprio maestro Karabtchevsky cancelou compromissos em Praga, na República Checa, para estar presente ao concerto naquela noite festiva de 13 de maio de 1982. “O evento, mesmo aberto a um público seletivo, isto é, aos amantes da música erudita, teve a participação de estudantes, que deliraram com a performance dos músicos. Foi uma noite apoteótica, que trouxe, sem dúvidas, grande júbilo ao seu criador”, recordou a historiadora Glauce Maria Navarro Burity, viúva de Tarcísio Burity, em entrevista exclusiva ao **Correio das Artes**.

Segundo ela, durante as comemorações, o marido, que era educador e intelectual, fez o seguinte pronunciamento: “A preservação da memória nacional deve ser uma preocupação constante dos governantes e da própria comunidade. Nenhuma nação poderá conhecer bem o sentido do seu futuro, sem antes procurar descer às fontes primárias de suas origens, de seu passado, de suas tradições. A história é, igualmente, alma e corpo do tempo, através da qual o espírito do povo se manifesta e se objetiva nas expressões mais variadas da ciência, dos costumes, da música, da literatura, das artes plásticas, dos folguedos e danças, em forma popular ou erudita, onde o que importa é a festa do espírito. Essas foram as razões principais por que nós decidimos construir o Espaço Cultural...”.

A Casa, que ocupa uma área de 240 metros de comprimento por 130 metros de largura, conforme notícia do *Jornal A União* da época, não chamava a atenção apenas pela dimensão que ocupava no bairro pessoense de Tambauzinho, mas pela estética futurista que apresentava. “O Espaço Cultural é uma



Historiadora Glauce Burity, a respeito da inauguração do Espaço Cultural José Lins do Rego, em maio de 1982: “Foi uma noite apoteótica, que trouxe, sem dúvidas, grande júbilo ao seu criador”

obra multidimensional, abrangendo uma área coberta de 53.580 metros quadrados, com três níveis distintos: térreo, subsolo e pavimento superior, com dois mezaninos: para exposições itinerantes. Ambos possuem dois mil metros quadrados de área. Trata-se de um projeto arquitetônico altamente moderno, composto de diversos segmentos culturais da tecnologia e modernidade”, destacou Glauce.

Antes mesmo de ser inaugurada, a obra, planejada pelo arquiteto Sérgio Bernardes (1919-2002), arrancou declarações de espanto de muitas autoridades e intelectuais. Muitas foram registradas no *Jornal A União* em maio de 1982: “Isso é coisa para o ano três mil”, não se conteve o secretário de Administração do Rio de Janeiro, Fernando Mauro Dias, ao ver o equipamento; “Servirá de base cultural para o estado e para o Brasil”, pontuou o ministro da Educação e Cultura, Rubem Ludwig. O então vice-Presidente da República, Aureliano Chaves, disse ser “uma coisa que impressiona”, enquanto o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, destacou não conhecer “nada igual neste país”, o que foi reforçado pelo ministro das Minas e Energia, César Cais.

Obra inspirada nos moldes parisienses

Considerando a realidade daqueles difíceis anos de ditadura, o Espaço Cultural José Lins do Rego se destacava pelas propostas educativas e culturais e também dimensão física. Era tido como uma “catedral da cultura”, como pontou o escritor e sociólogo Gilberto Freyre, há quatro décadas. Segundo a historiadora Glauce Burity, a vontade de construir um centro cultural de tamanha expressividade surgiu depois que o marido, antes de ser empossado governador, foi a Paris e visitou o Centre National d’Art et de Cultura Georges Pompidou.

Nessa viagem, realizada em março de 1979, Tarcísio Burity ficou admirado com o centro de arte parisiense encomendado pelo presidente francês Georges Pompidou. De lá, ele saiu convicto de que faria algo semelhante na Paraíba. “Vou construir um centro cultural mais abrangente, um espaço onde a cultura e educação, na unidade indissolúvel do pensamento da práxis, realize o milagre da continuidade entre o tradicional e o moderno, entre o velho e o novo, entre o passado e o presente, na busca incessante de perenização dos ideais humanos”, frisou o ex-governador, após o passeio.

Os recursos, segundo a historiadora Glauce Burity, foram conseguidos a fundo perdido do Governo Federal, pois segundo o político, eles “existem no orçamento da União para tais empreendimentos”. A ajuda viria dos ministérios da Cultura e do Planejamento (na pessoa do ministro Antônio Delfin Neto), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.

Com a confirmação das verbas vindas de Brasília, Glauce declarou que o então governador reuniu-se com alguns secretários de Estado, engenheiros, arquitetos e jornalistas que sugeriram contratar o renomado urbanista, designer e arquiteto carioca Sérgio Bernardes para projetar a obra. “Festejado in-



FOTO: BERTRAND PRÉVOST/CENTRO POMPIDOU/DIVULGAÇÃO



FOTO: ARQUIVO A UNIÃO

Tarcísio Burity (ao lado) se inspirou no Centre Nacional d’Art et de Cultura Georges Pompidou, em Paris (acima) para erguer o Espaço Cultural José Lins do Rego, inaugurado durante sua gestão como governador da Paraíba

ternacionalmente pela originalidade de seus projetos - a exemplo do Hotel Tambaú -, suas concepções arquitetônicas iam revolucionando a arquitetura brasileira. Resta acrescentar que, com o consenso

dos presentes, foi aprovado, por unanimidade, o nome de Sérgio Bernardes, que acatou o desafio”, frisou Glauce.

Transformado em Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego (Funesc) antes mesmo da conclusão de sua obra, pela lei Nº 4.135, de 4 de dezembro de 1981, o complexo paraibano foi entregue ao público em maio do ano seguinte, “materializando o sonho de seu idealizador. De acordo com Glauce Burity, estiveram presentes no local diversas personalidades do mundo político e cultural. Colóquios, congressos, seminários, encontros nacionais e internacionais, fóruns, artes cênicas, exposições de arte, feiras, foram algumas das atividades sediadas no local.

A Praça do Povo, com 6.480 metros quadrados de área, é apenas um dos equipamentos que o complexo abriga, além de outros como museu, escola de música, teatro, biblioteca, planetário, oficina de luteria e o setor de arquivo histórico. Plena de dinamismo, a praça já sediou shows com artistas da Música Popular Brasileira, feiras, festivais, exposições entre outras atividades.

Glauce revelou que para o ex-

governador, a obra recém-criada era um lugar de compartilhamento de saber, sem distinção de classe social ou qualquer preconceito. Uma das afirmações do marido, segundo ela, era que “a Praça do Povo não possui finalidade elitista, mas existirá mais como ponto de encontro do povo paraibano, onde a festa do espírito é o que importa,

desde a literatura de cordel aos romancistas mais apurados, desde o bumba-meu-boi aos concertos de música erudita. Manifestações bem nordestinas e bem brasileiras, onde a terra e o homem se expandem na perpetuação de sua alma e de suas tradições”.

Dentre as inúmeras obras do administrador público, ela decla-

rou que o Espaço Cultural, pelo valor pedagógico e cultural, é conhecido como o marco referencial da administração do então governador Tarcísio Burity. “Foi, sem dúvida, a materialização do seu sonho como homem de letras e administrador, sempre direcionado para as necessidades culturais e artísticas do seu povo”.

Maiores equipamentos culturais públicos do NE

O Espaço Cultural José Lins do Rego é um dos equipamentos que integra a Fundação Espaço Cultural (Funesc), entidade sem fins lucrativos que administra a Casa. De caráter cultural, social e educacional, a instituição estimula a realização de atividades artísticas e culturais da cadeia produtiva do Estado da Paraíba. Ainda fazem parte da Fundação o Theatro Santa Roza, em João Pessoa; o Cine Teatro São José, em Campina Grande; e o Teatro Íracles Brocos Pires, em Cajazeiras. O atual presidente da Funesc, Pedro Santos, afirmou que o Espaço Cultural é o maior complexo cultural público do Nordeste e um dos maiores da América Latina.

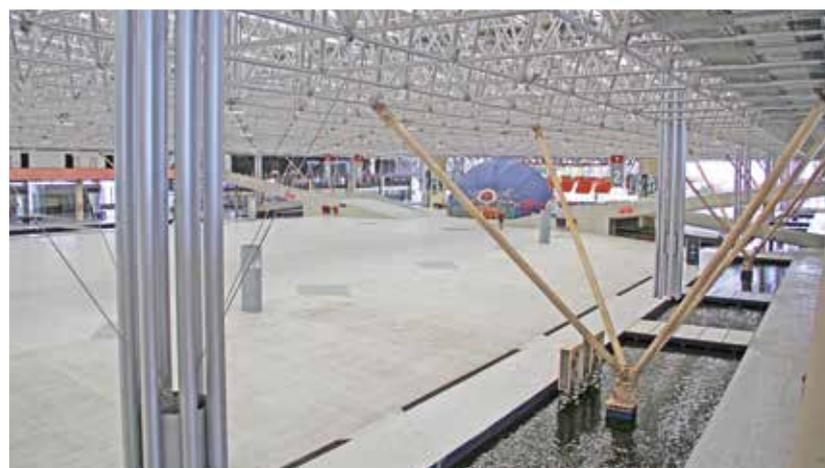
“Por esse motivo, além de suas dimensões e localização, é estrategicamente escolhido para sediar importantes eventos culturais. Tanto aqueles realizados pelo próprio Governo do Estado, bem como ações particulares, já que também tem a missão de promover eventos de massa na Praça do Povo”, destacou.

Segundo o gestor, além de abrigar mais de 15 unidades culturais sob sua cobertura, o equipamento simboliza fruição, circulação e consumo de arte e cultura, destacando-se como um espaço democrático, pois é uma estrutura acessível à população, tanto na oferta de eventos e atividades artísticas, como na disponibilidade de ações educativas.

Com o advento da pandemia do novo coronavírus, as unidades de caráter cultural ou educativa ficaram fechadas, mas com a chegada da vacina contra a Covid-19, as atividades foram sendo retomadas. Pedro Santos explicou que em outubro do ano passado chegou-se



FOTOS: MARCOS RUSSO/A UNIÃO



Imagens do Espaço Cultural José Lins do Rego como está em 2022: local abriga mais de 15 unidades sob sua cobertura e simboliza fruição, circulação e consumo de arte e cultura

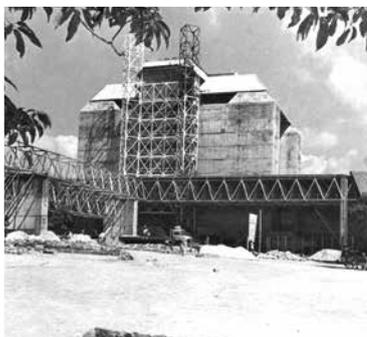
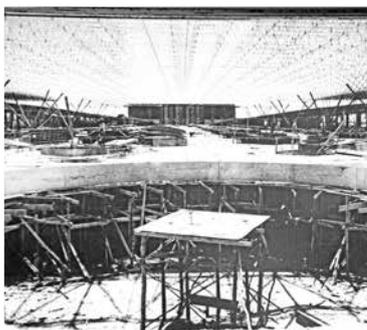
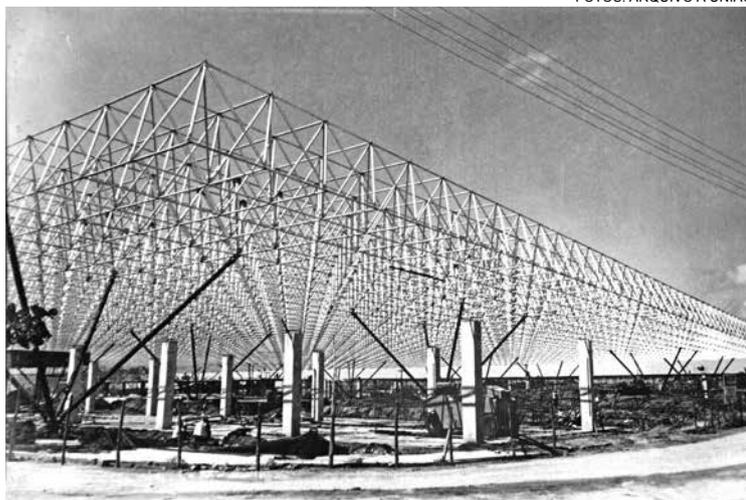
à decisão, de forma conjunta e dialogada com os órgãos de controle sanitário do Estado, de fazer a reabertura gradualmente.

Atualmente, já está em pleno funcionamento a Galeria de Arte Archidy Picado, o Museu José Lins do Rego, o Arquivo Waldemar Duarte, a Biblioteca Juarez da Gama Batista, a Sala de Concertos Maestro José Siqueira, o Teatro Paulo Pontes, a Gibiteca Henfil, além dos teatros, cujas administrações são de responsabilidade da Funesc: o Teatro Santa Roza, o Teatro Santa Catarina (em Cabedelo), o Cine Teatro São José e o Teatro Íracles Brocos Pires.

“Recentemente, também concluímos importantes manutenções. É o caso do Planetário, uma joia rara de quatro décadas, que este ano recebeu uma manutenção completa na máquina Spacemaster, e também o revestimento da cúpula externa, que ganhou uma grande arte em grafite, produzida pelo artista plástico Shiko. E ainda o Cine Banguê, que passou por uma manutenção, tanto do sistema de som, quanto do de projeção”, destacou Pedro. O retorno do funcionamento do Planetário e do Cine estava previsto para este mês de março.

Ao avaliar a imensa obra, ele ressaltou que 40 anos depois da sua construção, o Espaço Cultural ainda representa uma estrutura de vanguarda. “Não alcançamos a dimensão e a potência que ele representa. Tanto é que, sobretudo entre as décadas de 1990 e 2000, o equipamento padeceu do ponto de vista da infraestrutura. Perdemos um restaurante panorâmico, o Restaurante Pedra Bonita, que ficava acima do pé-direito do Teatro Paulo Pontes e contava com dois elevadores envidraçados para acessá-lo. Perdemos sistemas de tradução simultânea, estrutura de rádio, enfim, um equipamento cultural extremamente complexo, que exige de igual modo uma gestão atenta e disposta à lidar com os desafios que são cotidianos”, comentou.

Apesar dos obstáculos enfrentados ao longo das décadas, Pedro salientou que “inegavelmente, o Espaço Cultural ainda segue sendo um gigante, que, de algum modo, está presente na memória afetiva de todos os pessoenses, seja por quem vinha para os shows de *hardcore*, ou andar de skate no antigo *half*, curtir um show na Praça do Povo ou simplesmente trazer as crianças para brincar pelos largos vãos do equipamento”.



Fotos históricas documentam a construção do Espaço Cultural (no alto), reforma (a atual bilheteria) bem como o funcionamento nos primeiros anos do equipamento

Luiz Carlos Durier, maestro titular da Orquestra Sinfônica da Paraíba: "40 anos de existência e resistência"



Ações irão celebrar aniversário do Espaço

O presidente da Fundação Espaço Cultural (Funesc), Pedro Santos, contou que desde 2020, a sociedade vive momentos extremamente atípicos, em um mundo que precisa enfrentar a cada dia os desafios impostos por uma pandemia. Por isso, ele, como presidente da entidade, tem uma dupla responsabilidade: "Promover ação cultural para celebrar os 40 anos do Espaço Cultural com o maior nível de responsabilidade possível, em função dos requisitos de controle sanitário".

Para isso, desde o ano passado, o percurso tem sido o de experimentar uma reabertura gradual do Espaço Cultural. "E estamos conseguindo. Este ano, todos os nossos equipamentos e serviços voltam à ser oferecidos integralmente ao público", frisou.

Além disso, Pedro afirmou que há um calendário de ações para celebrar os 40 anos do Espaço Cultural e da própria Funesc, criada também para administrá-lo. "São eventos, ações e projetos que buscam reocupar a estrutura do Espaço Cultural, mas também dialogar com o interior da Paraíba, nesse movimento de troca e intercâmbio artístico".

FOTO: ROBERTO GUEDES/A UNIÃO



Pedro Santos, atual presidente da Funesc: reabertura gradual e calendário para festejar as quatro décadas do Espaço Cultural



FOTO: THERCLES SILVA/FUNESC

Música, literatura e artes visuais estão na programação festiva

Assim como ocorreu há 40 anos, na inauguração do Espaço Cultural, as festividades deste aniversário também contará com concerto na programação. O presidente da Funesc, Pedro Santos, contou que será um cronograma diversificado, com ações sendo realizadas no decorrer do ano nas áreas das artes visuais, literatura, cultura popular e música. “Teremos uma programação bastante extensa. Tudo isso acontecendo *pari passu*, acompanhando as medidas de controle da pandemia”, salientou.

Na agenda de concertos deste mês de março foi selecionado um repertório especial. O maestro Luiz Carlos Durier, que entre outras funções é o regente ti-

tular da Orquestra Sinfônica da Paraíba (OSPB), explicou que as comemorações também fazem alusão aos 90 anos do romance Menino de Engenho, obra do escritor paraibano que deu nome ao Espaço Cultural.

A programação musical prevê espetáculos no primeiro e segundo semestre, iniciando em março com apresentações da OSPB e da Orquestra Sinfônica Jovem da Paraíba (OSJPB). “A gente quer celebrar a vida do Espaço Cultural, mas também a vida daquelas pessoas que se dedicaram e se dedicam para que a Casa esteja de pé. São 40 anos de existência, resistência e de atividades intensas. Essa é uma ação muito importante para a história paraibana e do Brasil”, frisou o maestro Durier.

No repertório, estarão peças de compositores como Mozart e a Sinfonia nº 1 de Heitor Villa-Lobos. Durier destacou que, na seleção, houve o cuidado de escolher obras de fácil assimilação, para que as pessoas sejam tocadas a cada espetáculo.

Mesmo com a pandemia, o evento vai ser aberto ao público, mas seguindo todos os protocolos de prevenção contra a Covid-19. A apresentação musical também deverá ser transmitida por meio radiofônico, para alcançar o maior número de público possível. “Também vamos levar essa comemoração, com as duas orquestras, aos bairros de João Pessoa, porque a emoção é maior quando envolve a comunidade”, afirmou o maestro.

Na agenda comemorativa, o presidente da Funesc, Pedro Santos, destacou a entrega de um novo equipamento cultural, o Memorial Abelardo da Hora. Segundo ele, o memorial contém o acervo de um dos maiores artistas expressionistas da contemporaneidade.

A ideia é que a programação de aniversário do Espaço Cultural se estenda até dezembro, com apresentações circense, de dança, teatro, música, entre outras atrações.

Referência na perenidade musical

Uma das áreas artísticas de bastante efervescência no Espaço Cultural José Lins do Rego é a musical. É nesta Casa que estão os integrantes da Orquestra Sinfônica da Paraíba (OSPB) e da Orquestra Sinfônica Jovem da Paraíba (OSJPB), além de uma diversificada agenda de espetáculos realizados no Teatro Paulo Pontes e na Praça do Povo, só para citar alguns exemplos. O maestro Luiz Carlos Durier, responsável pela formação musical de muitos jovens, e executor de vários concertos, confessou que a própria carreira dele está atrelada à este espaço das artes.

“A Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego é nossa segunda casa. Nós paraibanos temos o privilégio de ter um centro de realização de eventos e de atividades culturais tão intensas como essa. Tenho a satisfação de ter uma relação com esse local que, praticamente, começou desde o início de sua construção”, afirmou Durier, que é professor da Escola de Música Antenor Navarro há cerca de 40 anos e está na OSJPB há 25 anos.

Com uma vida dedicada à arte, ele afirmou que essa “ligação é emocional”, pois foi no Espaço Cultural que ele pôs em prática um trabalho de ensino, de aprendizagem e de realização de concertos, seja com música da literatura universal ou popular.

Foram muitos os momentos especiais vividos sob o teto desse centro cultural pessoense, como os concertos populares realizados com grandes artistas, a exemplo de Sivuca, Marinês, Alcione (Marrom) e os roqueiros Detonautas. “Essas emoções ficam na lembrança, e a minha alegria de fazer parte dessa história é muito grande”. Uma outra ocasião inesquecível citada por ele foi o do aniversário de 30 anos do Espaço Cultural, quando foi organizado um concerto com a OSJPB e o cantor Dominginhos.

Para Durier, a obra do ex-governador Tarcísio Burity, idealizada e concretizada há quatro décadas, é “uma referência no Nordeste” e motivo de agradecimento de toda sociedade e dos artistas paraibanos. “O Espaço Cultural está de parabéns pelo que ele realiza, pelo que realizou e por aquilo que vai realizar. Estamos colaborando para que ele tenha uma atividade intensa, para que as pessoas possam se divertir e alegrar os seus corações e suas almas com a arte”.

Patrimônio humano faz parte da história do complexo

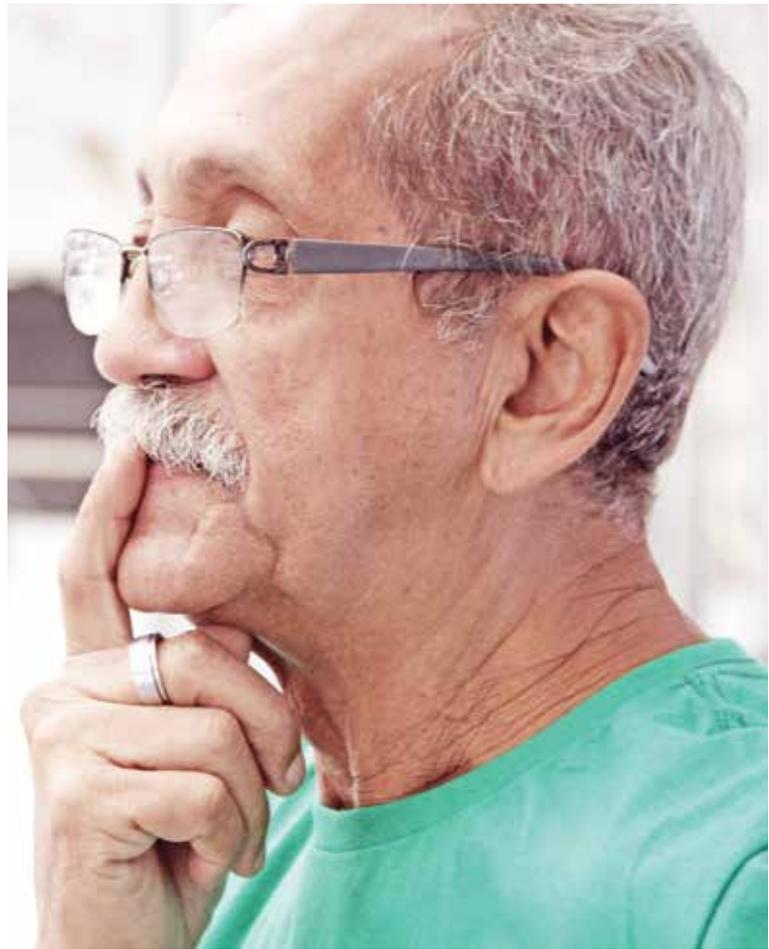
A história desse complexo cultural não foi construída apenas pelo dinamismo das atividades que oferece ao público, a força de vontade de seu idealizador, e as altas pilastras de sua estrutura, o que já seriam motivos suficientes para diferenciá-lo. Mas essa trajetória conta, sobretudo, com a presença do seu patrimônio humano. São trabalhadores como Luiz Carlos Cândido do Nascimento, o Lula, de 67 anos, funcionário do local há quase quatro décadas, que movimenta o cotidiano do Espaço Cultural.

Ao falar sobre sua rotina, Lula contou que chega logo cedo ao Centro de Pesquisas Musicais Maestro José Siqueira, um dos 15 equipamentos culturais abrigados na Casa. Passa a manhã trabalhando, almoça pelo bairro de Tambauzinho, e retorna para assumir a função. “Trabalho junto com Pedro Osmar, ajudo os pesquisadores que vão lá em busca de discos de vinil dos artistas paraibanos, e de outros estados brasileiros”, declarou. No Centro de Pesquisas ainda há fitas VHS com gravações históricas, DVDs e fotografias de vários artistas. “A minha área é a de música e espetáculo”, acrescentou.

Desde o início da carreira, Lula já desempenhou várias funções no Espaço Cultural, à medida que foi agregando cursos ao seu currículo, passou por vários setores. Foi iluminador de vários espetáculos, Diretor do Teatro Paulo Pontes, atuou na área de eventos, deu aula de Leitura Técnica e Interpretação, entre outras funções.

Na memória, ele guarda lembranças de vários artistas que atualmente são reconhecidos nacionalmente, mas na época em que os conheceu eram apenas iniciantes. Entre esses nomes estão Marcélia Cartaxo, Chico César, Suzy Lopes e Elba Ramalho.

Um dos funcionários mais antigos do Espaço Cultural, ele revelou que faltam apenas três anos para se aposentar, mas isso não significa dizer que vai se afastar da sua segunda casa. “Quero continuar trabalhando. A vida aqui sempre foi de alegria, nunca tive decepção”.



Lula, um dos funcionários mais antigos da Funesc, mantém a rotina de trabalho após quase 40 anos trabalhando no Espaço Cultural

Um gigante que refutou a crítica negativa

Em 1982, o atual secretário de Estado da Cultura da Paraíba, Damião Ramos Cavalcanti, estava morando em Paris. Certo dia, o reitor do Centro Universitário de João Pessoa (Unipê), na época José Trigueiro do Vale, lhe pediu para ser intérprete do então deputado federal Wilson Braga que, acompanhado da esposa Lúcia Braga, esteve na França e pretendia visitar o Centre National d'Art et de Cultura Georges Pompidou, conhecido como “Beaubourg”.

O convite foi aceito e ao final da visita, Damião declarou que Wilson Braga, já candidato ao Governo do Estado, disse, “em tom de ironia”, que Burity estava construindo um empreendimen-

to maior do que o Beaubourg na Paraíba. “Não acreditei, mas era verdade. Quando retornei, em 1983, maravilhei-me com a esplêndida construção”, confessou o secretário.

Mas o complexo pessoense, tão bem-visto por tantas autoridades e intelectuais, não recebeu apenas frases de afago naqueles anos. Chegou a ser criticado por causa, justamente, de uma de suas mais nítidas características - a vastidão de sua estrutura. Segundo Damião Ramos, no meio cultural havia opiniões que sugeriam, em vez de soerguer uma obra de grande porte, faziam o contrário: construir vários equipamentos culturais menores, nos bairros mais populosos de João

Pessoa.

As vozes mais ácidas chegaram a nomear a obra de “elefante branco”. “Mas, aos poucos, o Espaço Cultural realizou sua finalidade, predita pelo amante da Cultura, então Tarcísio Burity”.

As críticas negativas de outrora sumiram com o decorrer dos anos, e o equipamento cultural comprova, a cada dia, que é palco para os mais diversos segmentos da arte, sendo também instrumento de educação e cultura para jovens alunos. “Negou, nesses acontecimentos, a crítica negativa que alguns lhe faziam quanto à sua grandiosa dimensão... Em certas ocasiões, parecia pequeno, mas nunca deixou de ser, ostentadamente, um esplêndido templo da cultura paraibana”.

Passado algum tempo, Damião ficou mais próximo da Casa que tanto admirava, pois ocupou a presidência da Fundação Espaço Cultural (Funesc) no Governo de José Maranhão (1999-2000). Ao longo de quatro anos, ele contou que “realizou-se uma dinâmica e operosa gestão” nesse centro cultural do Estado.

Entre as inúmeras ações, ele citou o soerguimento da Orquestra Sinfônica da Paraíba, sob a batuta cubana de Helena Herrera, com o retorno dos músicos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e o aumento do número de integrantes da OSPB para 112, ou seja, o dobro do que antes existia. Ainda foi responsável pela reconstituição do Coral Sinfônico; a criação da Banda Sinfônica; e o funcionamento semanal do Cine Banguê, com a realização de vários festivais de cinema.

O secretário ainda recordou dos tempos gloriosos do Festival Nacional de Arte (Fenart), “que enchia o Espaço Cultural com cinema, exposições de pintura, música, teatro, dança, shows, literatura, cursos, debates, com presenças de nome e renomes importantes, regionais, nacionais e internacionais”.

“Orgulho-me em lembrar ter trazido ao Espaço Cultural a maior pintora da América Latina viva, Tomie Ohtake, que permaneceu entre nós uma semana, dando palestras, curso e, sobretudo, dizendo que João Pessoa era a única cidade do Norte e do Nordeste a que tinha vindo. Em todas as áreas da Cultura, o Espaço Cultural muito beneficiou a Paraíba e os seus meios culturais”.

Ao comentar a importância do Espaço Cultural, Damião reforça que qualquer evento, seja qual for a natureza e tamanho, adequam-se e pode ser acomodado nas suas dependências, somente hoje superado pelo auditório Ariano Suassuna, do Centro de Convenções, no bairro do Altiplano, na capital.



Atual secretário de Estado da Cultura, o professor Damião Ramos Cavalcanti chegou a presidir o Espaço Cultural na virada dos anos 1990 para 2000

CONHECIMENTO, CULTURA E LAZER

Nas dependências do Espaço Cultural José Lins do Rego, o visitante poderá encontrar diversos equipamentos de caráter artístico, cultural e educacional voltados à sociedade, onde é possível realizar pesquisas, ter acesso a cursos ou vivenciar momentos de lazer. Entre essas unidades estão: o Arquivo Histórico Waldemar Duarte, a Biblioteca Juarez da Gama Batista, a Estação Ciência, o Cine Banguê, a Lutheria, o Planetário, o Museu José Lins do Rêgo, a Escola de Música Anthenor Navarro, o Teatro de Arena, o Teatro Paulo Pontes, o Centro de Documentação e Pesquisa Musical José Siqueira e a Galeria Archidy Picado.

Alexsandra Tavares é jornalista, repórter do Jornal A União e do Correio das Artes. Vive e trabalha em João Pessoa (PB).

Manuel Bandeira

e o Modernismo do Nordeste

André Cervinskis

Especial para o *Correio das Artes*

Na década de 1920, influenciado, também, pelas vanguardas europeias, surge, no Nordeste, e mais especificamente em Recife, o Modernismo. Souza Barros destaca o papel de pioneirismo que o Nordeste desempenhou na consolidação do Movimento Modernista, através da contribuição de muitos de seus artistas, como Vicente do Rêgo Monteiro, que, com sua exposição em São Paulo, já em 1917, lançaria - juntamente com Cícero Dias e Manuel Bandeira (com *A Cinza das Horas*, do mesmo ano) - obras artísticas que sinalizavam a necessidade de mudanças estéticas:

A liderança do movimento modernista no Recife, dentro da linha da Semana de Arte Moderna, em São Paulo, não se fez através do pernambucano que esteve presente em sua realização: o poeta e pintor Vicente do Rêgo Monteiro. [...] As ligações do Recife, nessa época, com a agitação artística francesa, através dos irmãos Monteiro, Joaquim e Vicente (pela estada dos mesmos quase que permanentes na França) marcam, no entanto, uma forte influência no movimento de renovação da década, naquele grupo que não se filiou a São Paulo e uma textura absolutamente impregnada de modernismo não futurista. [...] Manuel Bandeira, amizade começada na primeira década deste sé- ▶

FOTO: ESTADÃO CONTEÚDO/ARQUIVO



Pioneiro: ainda em 1917, com 'A Cinza das Horas', Manuel Bandeira propôs a renovação elaborada pela corrente dos herdeiros de Cruz e Sousa

► culo (20), no Sanatório de Clavadel; Vicente Monteiro, de quem foi íntimo a ponto de fazer uma introdução a um de seus livros de poesia; Joaquim Monteiro e Cícero Dias, este último também um dos renovadores de nossa pintura e criador de um tratamento novo dentro de aspectos tradicionais e, de certa maneira, folclóricos) (BARROS, 1985, p. 160).

Segundo esse autor, o intercâmbio cultural com a Europa deu-se por conta da posição geográfica e cultural privilegiada da capital pernambucana. Nessa perspectiva, seria equivocada a impressão apresentada pela bibliografia contemporânea sobre o modernismo quando afirma que esse movimento teria começado em São Paulo e se desencadeado ao restante do país, incluindo o Nordeste:

O movimento modernista do Nordeste localizou-se quase exclusivamente no Recife. **Seria uma decorrência ainda da capital regional que guarda ainda hoje essa posição de centro de cultura e de irradiação na área. Era uma cidade com emulação, com um porto de região, com livrarias que se orgulhavam de acompanhar o *vient-de-paraitre* de Paris e de outras capitais europeias.** (BARROS, 1985, p. 154-155 – grifos nossos)

Na esteira desse movimento, surgem duas correntes em Recife: a ligada ao Modernismo do Sul, mais especificamente ao Grupo Paulista, na figura de Joaquim Inojosa; e outra mais ligada à Tradição, de cunho mais autônomo em relação a esse grupo, representado por Gilberto Freyre, também chamado *Regionalismo*. Dessa forma, seriam dicotomizadas as posições pró e contra o Modernismo do Sul, delineando-se um cenário que, se não foi o ideal em termos de unificação de discursos, ao menos suscitou debates interessantes acerca do que deveria ser preservado. Dessa forma, houve duas diretrizes: uma representando a “cor local”, o pitoresco; e outra significando o que deveria ser assimilado como inovador, enriquecedor, forçando a abandonarem-se certos hábitos antigos. Uma corrente do movimento modernista estará voltada para o regional, defendida por Gilberto Freyre, cuja estética modernista norte-americana foi por ele apreendida durante sua formação com Franz Boas, antropólogo e orientador do



Com sua exposição em São Paulo, em 1917, o artista Vicente Monteiro lançou obras que sinalizavam a necessidade de mudanças estéticas

mesmo, como bem explicou Oliveira (2019): **A nova forma literária chegava inicialmente por meio de um modernismo “universal”, a partir do contato com paulistas e cariocas, mas também a partir da ação de Gilberto Freyre, que não deixava de ser igualmente um divulgador dessa nova forma, haja vista a sua apreensão da estética modernista dos norte-americanos** (ARAÚJO, 2012) (OLIVEIRA, 2019, p. 123-124 – grifos nossos)

Colocando-se frontalmente contra as reformas urbanísticas empreendidas em Pernambuco na década de 1920, Freyre vai declarar, no artigo “53” do *Diário de Pernambuco*, de 20 de abril e 1924, que ele já se sente “um tanto estrangeiro no Recife, simétrico e insolente”, de tal modo a cidade vai “perdendo seu lado pitoresco, a sua cor local”. Condena, em 1924, em seu artigo “64” do mesmo jornal, em 06 de julho de 1924, a tentativa de imitação do Rio, de se reproduzir, em Recife, “os falsos brilhos do caravajará do Rio” (AZEVEDO, 1984, p. 130). Por outro lado, Joaquim Inojosa via nessa postura de Freyre e dos regionalistas uma atitude separatista e conservadora, não admitindo as benesses que a nova estética trazia (AZEVEDO, 1984).

Por outro lado, intelectuais da região do porte intelectual de Câmara Cascudo, profundo conhecedor da cultura popular e convidado por Freyre a participar do Congresso Regionalista de 1926 e dele participando, acolheram, porém, com entusiasmo os novos ventos que as vanguardas vieram soprar no litoral nordestino, em seus escritores e na elite intelectual da época, mas reconhecendo haver “pluralidades”, “sem sectarismos”.

Esse conflito entre tradição e modernidade é uma característica da situação histórica e social do início do século 20. Atentando para a efervescência política dos anos vinte. Assim, poderíamos inferir que o Brasil atravessou uma fase de transformações profundas, tendentes a configurar um quadro econômico-estrutural mais complexo que o sistema agrário-exportador herdado do Império. As modificações nos sistemas de produção datam, naturalmente, de muito antes da década de

▶ 1920: vêm de antes da Abolição, com o emprego do trabalho assalariado, e passam pelos sucessivos surtos de industrialização, pela política do encilhamento de Rui Barbosa; pelas várias levas imigratórias; pelas inúmeras agitações operárias do começo do século, tudo caminhando em direção a uma complexidade crescente, tanto da nossa vida econômica quanto da nossa vida cultural. Apesar de não afastar do poder as oligarquias, a burguesia (comercial, financeira, industrial; sozinha ou aliada aos interesses capitalistas imperialistas) encontra-se em franco processo de ascensão; cresce, também, a classe média, forma-se nas cidades um proletariado que sabe, às vezes, demonstrar sua agressividade, através das primeiras greves operárias entre 1910 e 1920. Nos três primeiros decênios do século 20, os velhos quadros econômicos, políticos e culturais do século 19 são lentamente modificados e acabam por estourar na Revolução de 1930 (LAFETÁ, 2000).

Nosso Modernismo literário inicia-se em resistência ao academicismo conservador, lusitano e dissolvente que ganhara ascendência na própria Academia, ainda que esta mal se fundara. Literariamente menos oco do que o Arcadismo dos Esquecidos, Renascidos e Felizes, o academicismo do século 20 não possui sequer a apagada significação social. Nesse sentido, a Semana de Arte Moderna de 1922, ao invés de marco inicial dessa revolução, foi, na verdade, o momento-chave da virada, uma mudança estético-cultural que já vinha se processando desde as primeiras décadas do século.

Em 1912, o jovem escritor e jornalista Oswald de Andrade toma conhecimento, na Europa, das ideias do Futurismo, posteriormente divulgadas em São Paulo. Em Portugal, funda-se a revista *Orpheu*, assinando o início da vanguarda modernista nesse país, tendo, à frente, dentre outros, o brasileiro Ronald de Carvalho. No ano seguinte, em 1916, a *Revista do Brasil* consolida essa nova visão crítica e nacionalista (TUFANO, 2003)

Esse conflito entre tradição e modernidade, porém, não foi uniforme em todos os escritores modernistas. Havia o grupo paulista, mais revolucionário e iconoclasta, defendendo abertamente a oposição ao tradicionalismo; e o do Rio de Janeiro, que,



Da duas correntes que surgiram em Pernambuco na esteira do Modernismo, Gilberto Freyre esteve mais ligado à Tradição, de cunho mais autônomo e batizada de "Regionalismo"

embora reconhecendo a necessidade de mudanças, considerava importante manter alguns valores advindos da tradição, inclusive na estética. O grupo de São Paulo, liderado por Oswald e depois por Mário de Andrade, operava paralelamente a este outro, num sentido de consciente ruptura com a realidade brasileira. O elemento informador não é nacional, mas internacional, fazendo cedo repercutir os ecos do "Manifesto Futurista" de Marinetti, e os fermentos do expressionismo e do cubismo. O que caracterizou a vanguarda brasileira como movimento de ruptura que conseguia manter em suas estruturas o sentido da tradição – sem, com isso, negar-se como categoria ou sistema revolucionário – é o fato de que o Brasil, sendo uma nascente sociedade nacional, isto é, com um passado histórico limitado, pouco tinha a oferecer naquele setor das "formas" tradicionais. É uma virgindade de experiências que felizmente permitia aos jovens modernistas o direito de não lutar contra um passado cultural. O que é um dos tantos dados que, a partir de 1922, identificam a vanguarda histórica brasileira e que a conduz a uma diferenciação imediata em confronto com as correspondentes correntes europeias. Mais adiante, o autor esclarece tal diferença política entre os grupos, destacando o papel inovador de Bandeira: Já em 1917, Manuel Bandeira, com *A Cinza das Horas*, propõe a renovação elaborada

pela corrente dos herdeiros de Cruz e Sousa, poetas voltados diretamente à superação do espírito oitocentista e à conquista de uma poesia nova(...). **Com Adelino Magalhães e Manuel Bandeira, o código linguístico brasileiro se abre para uma perspectiva de revolução, a partir da logicidade da evolução do processo literário** (Op. cit., p. 98-99 – Grifo nosso)

Essa afirmação é constatada ao percebermos que a estética maior bandeiriana "sempre esteve marcada por uma postura de combate à rigidez da forma e um constante experimentalismo consciencioso das múltiplas possibilidades linguísticas" (Op. cit., p. 30).

A posição de Manuel Bandeira em face dos parnasianos e a sua aproximação do grupo de São Paulo, notadamente de Mário de Andrade, com quem troca correspondência de 1922 a 1944, não o faz, contudo, reivindicar para si o título de modernista. Havia o romantismo, no qual Bandeira buscava inspiração, especialmente em sua temática do local e da musicalidade. Convivendo, desde a infância, em meio ao mundo da literatura, Manuel Bandeira desempenharia um papel atuante ▶

► nos contextos literários de renovação de nossas letras, ora emprestando aos modernistas de São Paulo, em 1922, o texto que lhes faltava para a demarcação do novo em nossa poesia, “Os sapos”, escrito em 1918; ora elaborando, para os modernistas nordestinos, o poema “Evocação do Recife”, escrito em 1925 e publicado em *Libertinagem* (1930).

Por outro lado, ao se voltar para a sua participação no movimento liderado por Gilberto Freyre, Manuel Bandeira apreciaria essa inserção, através de um olhar marcado pela positividade, ressaltando que, graças à *sensibilidade pernambucana* de Freyre, reconduzira-se a Pernambuco, denominado, em seu texto, como *província*: Lista [de amigos] a que devo juntar, depois de 1925, o nome de Gilberto Freyre, cuja sensibilidade tão pernambucana muito concorreu para **me reconduzir ao amor da província e a quem devo ter podido escrever naquele mesmo ano a minha “Evocação do Recife”** (BANDEIRA, 1997, p. 326 – **grifos nossos**)

Veja-se que Bandeira expressa a Freyre uma gratidão dupla: a de ter elaborado a *Evocação* e a de tê-lo reconduzido ao mundo da “pernambucanidade”. Seria essa, então, a primeira demonstração explícita do reconhecimento de Bandeira aos valores defendidos pelo Modernismo do Nordeste (Regionalismo). Segundo Neroaldo Pontes de Azevedo, Bandeira não só contribuiria com o Movimento Modernista do Nordeste com a sua “Evocação do Recife”, como também ajudaria a divulgá-lo, tanto em Pernambuco quanto no Centro-Sul do país, como se vê, em sua crônica “Impressões de um cristão-novo do regionalismo” (1928), na qual se observa uma declarada filiação à perspectiva que anima Gilberto Freyre. O Modernismo do Nordeste teria de Bandeira, o apoio e a legitimação indispensáveis à sua fase inicial. Assim, Bandeira participaria tanto das experiências modernistas do grupo paulista, quanto das elaborações estéticas do Modernismo nordestino. Isso nos deixa entrever que Bandeira apercebe-se, desde o início, das similaridades entre as duas mais importantes vertentes do Modernismo brasileiro. Dessa forma, Manuel Bandeira antecipa-se-ia,

criticamente, à perspectiva teórica que, longe de acentuar as diferenças entre as nossas principais modalidades modernistas, procura pontuar os traços de aproximação entre elas.

Semelhante discrepância entre perspectivas ideológicas dos dois grupos – o Modernismo do Sul e o do Nordeste – deu-se graças a uma realidade bem palpável: ao contrário do que possa parecer à primeira leitura, não havia uma ligação permanente entre os modernistas do Sul e do Nordeste. Isso refletia a realidade de um país continental, com distâncias enormes entre as capitais das regiões e das regiões entre si. Lembremos que a viagem de Recife ao Rio só era possível ser feita de navio e demorava-se quase uma semana.

Em carta de 3 de fevereiro de 1926, Bandeira comentará com Carlos Drummond de Andrade, a simpatia com que encara a ação de Gilberto Freyre e de outros regionalistas, especialmente se comparados com os que se autodenominavam “modernistas” do Recife:

Gilberto Freyre é um rapaz de 24 anos, creio. Informaram-me que já esteve quatro anos nos Estados Unidos. É inteligentíssimo. **Não é modernista, mas gosta muito de nós. Está fazendo no Norte uma campanha em favor das boas tradições brasileiras. Parece que foi ele quem descobriu aquele desenhista meu xará e o Joaquim Cardozo que também é pintor. Esses três passadistas me parecem muitíssimo mais interessantes que os “modernistas” de lá, todos muito fraquinhos** (BANDEIRA apud AZEVEDO, 1984, p. 137-138 – **grifos nossos**)

As correspondências entre ambos se intensificam, até que, ao regressar do Congresso Panamericano de Jornalismo, nos EUA, Freyre vai ao Rio de Janeiro e trava conhecimentos com Manuel Bandeira e os demais modernistas cariocas. Em poema intitulado *Casa Grande & Senzala*, do livro *Mafuá do Malungo*, de 1948, Bandeira vai elogiar o Mestre de Apipucos como legítimo representante do Regionalismo, exaltando a descoberta do Brasil crioulo que *Casa Grande & Senzala* proporcionou:

“Casa Grande & Senzala”/
Grande livro que fala/ Desta

nossa leseira/ brasileira/ Mas com aquele forte/ Cheiro e sabor do Norte/ Dos engenhos de cana (Massangana!)/ Com fuxicos danados/ E chamegos safados/ De mulecas fulôs/ Com sinhôs!/ A mania ariana/ Do Oliveira Viana/ Leva aqui a sua lambada/ Bem puxada” (BANDEIRA, 1993, p. 308)

E, ao escrever uma crítica-crônica ao livro *Nordeste*, de Freyre (*Segredo da Alma Nordestina: Gilberto Freyre: Nordeste*), no livro *Andorinha, Andorinha*, Bandeira relembra a sua terra, os banhos de água no Capibaribe e os versos das modinhas da época, demonstrando um explícito amor pelas coisas regionais de sua cidade-natal. Esse apego ao tradicional, aos valores regionais, pregado pelo Regionalismo e não obstante a sua importância para a Semana de 22, eleva-o à condição de o “São João Batista do Modernismo”¹, como o denomina Mário de Andrade¹¹. Dessa feita, a ligação entre Manuel Bandeira e os modernistas de São Paulo não se processaria sem dificuldades e restrições.

Essa é uma inclinação mais resguardada em relação à iconoclastia, apregoada pela primeira geração modernista, fruto do conhecimento histórico-literário, que tem do percurso da literatura em nosso país. Tal inclinação pode ser exemplificada através de apreciação que Bandeira faz à obra antropófaga de Tarsila do Amaral, de sua Exposição de 1929, efetuada no jornal *A Província* (1929), periódico de Pernambuco, no qual reivindica o estilo e o gosto ocidentais, aliados à cor local, da qual se nutriam as obras anteriores de Tarsila, como se observa a seguir:

Nos quadros recentes de Tarsila, a estética antropofágica se manifesta na escolha dos assuntos tanto quanto no processo de expressão. Por exemplo: um sapo apresentado em solidão monstruosa, urutu enrolada num ovo, mandacarus assombrativos. O processo é despojado em extremo de todas as sensualidades da pintura. Tem-se a impressão que a rica Tarsila desfez-se de tudo e fez voto de pobreza. Oswald e os antropófagos estão radiantes. [...] Eu não estou radiante. ►

¹ A expressão é de Mário de Andrade, apud Mário da Silva Brito, *Poesia do Modernismo* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; p. 59)

▶ Não gosto de Tarsila antropófaga. “Preferia a Tarsila até dois anos atrás, a Tarsila cristã pela graça de Deus, em cujos quadros, de gosto e técnica bem ocidental, locomotivas e bichos nacionais geometrizam as atmosferas nítidas” (cito um poema do *Pau-Brasil*) e onde há “um cheiro de café no silêncio emoldurado”; a “Tarsila que pintava com o azul e cor-de-rosa dos bauzinhos” e das flores de papel, que são as cores católicas e tão comoventes da caipirada (BANDEIRA, 2006, p. 196-197)

Assim, compreendendo a relação que Bandeira desenvolveu com ambos os movimentos modernistas – o do Sul e o do Nordeste, e ressaltando o caráter independente de Bandeira, que o fez extrair o que julgava bom em ambas as correntes, Monteiro (2008) ressaltou: “Gilberto Freyre por isso sempre se refere a alguns modernistas do Sul de maneira um tanto pejorativa, como quando, por exemplo, comenta sobre a “ação literária daqueles excelentes moços contra tudo que fosse gosto de tradição, espírito de região, ou amor de província brasileira”. (MONTEIRO, 2008 – grifo nosso)

Demonstrando apego à região, preconizado por Holanda, Manuel Bandeira escreveria a crônica “Impressões de um cristão novo do regionalismo” (*Crônicas de província do Brasil*, 2006) e compara-se a Joaquim Nabuco, assumindo-se como “ex-regionalista” – uma vez que saiu muito cedo de sua região, indo tentar a vida com a família no sul do país, conforme lemos a seguir: Esse ex-regionalista fora como ele. Escrevera sobre cozinha pernambucana, sobre os descendentes dos fidalgos vianeses que vieram com Duarte Coelho, sobre os negociantes portugueses que comiam nas calçadas da Rua Nova em porcelana azul de Macau, sobre as sinhás que as mucamas espiolhavam na modorra das sestetas, tudo com abundantes citações de KJoster e Tollenare. Para acabar tomando leite condensado de Horlick.... O que não dispensa é o dom de poesia, como existiu em Nabuco (BANDEIRA, 2006, p. 191)

Semelhante *provincianismo* levará também Manuel Bandeira, em crônica de 6 de outubro de 1929 do

jornal *A Província*, dirigida por Gilberto Freyre nesse período, a reclamar da falta de jardins no Recife, que seriam lugares privilegiados da convivência social, especialmente para as crianças, demonstrando seu apego a certos hábitos provincianos: O Recife é uma cidade sem jardins. O Parque Amorim e o Entroncamento parecem cenários de mambembe e dão impressão de pretexto para aqueles horrendos banquinhos de calça que têm todos um ar de dizer ao transeunte: “Não se sente, eu sou

enfeite!” E é preciso reformar os jardins do Recife pensando nas crianças. Mais de uma vez *A província* tem chamado a atenção para isso. Como se pena pouco entre nós em dar bons jardins de recreio para a meninada! (BANDEIRA, 2008, p. 247)

Essa atitude de independência de Bandeira frente às principais correntes modernistas do país (Nordeste e Sudeste), para alguns críticos, seria consequência de sua maturidade e do equilíbrio que existiria em sua poesia. ✦

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Manuel. Estrela da vida inteira. 34.^a Ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

_____. **Seleta de prosa. Rio de Janeiro: 4.^a Ed., Nova Fronteira, 1997.**

BARROS, Souza. A Década de 20 em Pernambuco. Uma interpretação. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985.

CASTRO, Sílvio. Teoria e Política do Modernismo Brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1979.

CERVINSKIS, André. Manuel Bandeira, poeta até o fim. 2.^a Edição, Olinda: Livro Rápido, 2006.

_____. **A Identidade do Brasil em Manuel Bandeira. Olinda: Livro Rápido, 2008.**

_____. **O Brasil de Manuel Bandeira. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2010.**

_____. **O Poeta e a Cidade. Recife: Tarcísio Pereira, 2017.**

_____. **Encantamento de Pasárgada. Recife: Tarcísio Pereira, 2018.**

_____. **Poesia e Brasilidade: a representação do nacional em Manuel Bandeira. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING). João Pessoa: UFPB, 2009.**

D’ANDREA, Moema Selma.

A Tradição (Re)descoberta: Gilberto Freyre e a Literatura Regionalista. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1992.

GOMES, Heloísa Toller. Menino de engenho: a memória das perdas. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). Nenhum Brasil Existe. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

GUIMARÃES, Júlio Castañon. In: BANDEIRA, Manuel. Crônicas da província do Brasil. São Paulo: Cosac Naif, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 3.^a edição, Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997.

LAFETÁ, João Luiz. 1930: a crítica e o modernismo. Ed. 34, Rio de Janeiro: Duas Cidades, 2000.

MONTEIRO, Ângelo. Manuel Bandeira e a Poética do Modernismo. Palestra proferida na UFPE, 13 out. 2008.

OLIVEIRA, Giuseppe Roncalli Ponce Leon de. A correspondência de Joaquim Inojosa com José Américo de Almeida e Luís da Câmara Cascudo: memórias do movimento modernista em Pernambuco (1966-1974). Artigo. In: ARAÚJO, Hermenegildo de. Cartas de Escritores: vida literária em epistolografia “modernista”. Natal: EDUFRN, 2019.

André Caldas Cervinskis é descendente de lituanos e nasceu em Recife, em 1975. É formado em Comunicação Social e Letras (2003 e 2018 - UFPE) e tem mestrado em Linguística (PROLING - UFPB, 2009). Jornalista, produtor cultural e revisor de texto. Escreve há mais de 20 anos, tendo, entre ganho diversos prêmios nacionais e internacionais.

Da inviabilidade da crítica



Dizem que jornalismo é publicar tudo aquilo que não se quer que se publique. Todo o resto é publicidade. A frase é uma lição também para a crítica literária: ela não está a serviço do portfólio do autor, da contracapa do seu livro ou de seu perfil numa rede social. Se a crítica não serve, antes, ao leitor que ao próprio escritor, alguma coisa está errada.

E talvez porque hoje grande parte dos leitores de ficção sejam, eles próprios, escritores, tenhamos que ouvir ultimamente tantas opiniões no sentido contrário: de que, num país que pouco lê, usar de um espaço privilegiado como um jornal ou uma revista para criticar negativamente um livro seja um “desserviço” à literatura, um tiro pela culatra, considerando tantos bons lançamentos que não merecem o mesmo espaço.

É um argumento curioso, que nos faz atentar para questões relevantes como a responsabilidade da crítica e dos espaços de validação cultural num contexto problemático, que vai além do livro como mero produto e abarca também seu papel num construto social tão marcado, aqui no Brasil, pelo preconceito e pelo alijamento de vozes dissonantes.

Por mais interessante que seja essa perspectiva, porém, mais problemático ainda me parece, a pretexto de atentar para tais questões, promover o cerceamento da crítica e privá-la de um atributo fundamental, quando estamos falando de todo e qualquer discurso num ambiente

democrático: a liberdade, a possibilidade de, inclusive lançando luz às sombras e revelando as frestas que há em outros discursos, iluminá-los e conferir a eles novos sentidos (dando mais uma volta nesta enorme colcha de retalhos que, como Barthes dizia, é o texto, um tecido que começou a ser urdido muito antes do próprio autor — e terminará muito depois dele).

Isso não exige a crítica de qualquer postura ética no ato de criticar. Muito pelo contrário: isso exige dela ainda mais rigor e ainda mais compromisso, e toda boa crítica devia nos oferecer parâmetros claros, seguros e consistentes, para a leitura de um livro (algo que nem sempre ocorre, contaminada que a crítica está — e Henry James diria que sempre esteve — pelo mau resenhismo e pela vocação do jornalismo de produzir bonecos em vez de passageiros, na viagem que diariamente promove em suas plataformas).

Mais curioso ainda que o próprio argumento é o fato de que ele é recorrente entre muitos escritores e escritoras cujas ideias, no debate público, são progressistas, no espectro da maioria das pautas discutidas dentro e fora da literatura. É um fato revelador, e expõe com uma certa contundência uma ironia que, em alguns anos em contato com o meio, eu pude constatar de algumas formas

bastante desagradáveis: traçado por mentes progressistas, todo o sistema literário brasileiro ainda é, em suas práticas, tão conservador quanto quando Antonio Candido cunhou o termo, pensando em escritores, editores, críticos e leitores que hoje, como ele, já estão mortos.

Práticas como o tráfico de influências (que muitas vezes se esconde sob o manto das críticas elogiosas, diga-se de passagem), tão justamente execradas na esfera política, não soam tão condenáveis, por exemplo, no meio literário, onde já vi muita mão se sujar nisso de que uma lava a outra, e muita vista grossa se faz e muita sujeira vai parar debaixo do tapete porque todo mundo está mais ou menos lascado, então tudo bem tirar uma lasquinha.

Tudo isso urge ser debatido, e não é tratando nem o autor, nem o crítico, como figuras de um reality show, com fandoms virtualmente dispostos a matar e morrer por eles, que vamos além da superfície do debate. Se a crítica, positiva ou negativamente contaminada pelo afeto e pelo tráfico de likes, é inviável, nos cabe indagar até que ponto a literatura filtrada por tudo isso ainda é.

Só aí estaríamos, talvez, perto de fazer emergir, do lodo que está na superfície contemporâneo, algo do caldeirão que se esconde por baixo. ❖

Tiago Germano é escritor, autor do romance “A Mulher Faminta” (Moinhos, 2018) e do livro de crônicas “Demônios Domésticos” (Le Chien, 2017), indicado ao Prêmio Jabuti. Mora em João Pessoa.



ILUSTRAÇÃO: TONIO

Ruas estreitas e ruas largas

Francisco Gil Messias
gmessias@reitoria.ufpb.br

Aqui na aldeia costuma-se reclamar das ruas estreitas. Diz-se que elas atrapalham o trânsito dos automóveis, que dificultam o estacionamento dos veículos etc etc. Nesse discurso reclamatório aldeão identifica-se, de imediato, a indisfarçada apologia aos carros, como se eles fossem mais importantes que as pessoas. E o assumido culto das ruas largas, boas para o tráfego das viaturas, mesmo que não o sejam necessariamente para os transeuntes. Veja só. Tudo isso em nome de uma suposta “modernidade” não muito bem definida, nem muito bem compreendida pelos aborígenes, a maioria dos quais, ansiosa por copiar modelos norte-americanos nem sempre recomendáveis à nossa cultura, ao nosso clima e à nossa tradição histórica. No mais das vezes, coisa de gente ignorante, certamente gente deslumbrada com arranha-céus, gente que passa férias em Miami, como se fosse o fino da civilização. >

► Não que as ruas largas não sejam também importantes, principalmente nas cidades brasileiras mais desenvolvidas, onde o número de veículos seja grande e exija corredores por onde escoar o tráfego, facilitando, portanto, a mobilidade urbana. Não. Apenas que a predominância não seja delas, já que as ruas estreitas são mais condizentes com o calor abrasante de nosso clima tropical, propiciam melhor as sombras protetoras das árvores, casas e edifícios, arejam mais a temperatura, enfim, dão mais conforto térmico e visual aos que nelas transitam.

Tudo isso já era observado, registrado e dito nos idos de 1926 por Gilberto Freyre e seus companheiros, subscritores do *Manifesto Regionalista*, desse mesmo ano, documento fundamental da cultura nordestina e brasileira, às vésperas de completar 100 anos. Deixemos falar o sábio de Apipucos que, à época, não era ainda reconhecido como tal, nem habitava o antigo bairro recifense: "... O mesmo poderia alguém dizer das velhas ruas estreitas do Nordeste. Bem situadas, são entre nós, superiores não só em pitoresco como em higiene às largas. As ruas largas são necessárias – ninguém diz que não, desde que exigidas pelo tráfego moderno; mas não devem excluir as estreitas".

E continua, sempre no seu estilo tão precocemente pessoal: "Ainda há pouco um estrangeiro viajadíssimo era com que se encantava no Rio de Janeiro: com as velhas ruas estreitas. E não com as largas. Não com avenidas in-características. Não com as nossas imitações às vezes ridículas de 'boulevards' e de 'broadways', por onde a gente que anda a pé só falta derreter-se sob o sol forte com que o bom Deus ora nos favorece, ora nos castiga".

E, para concluir: "...a uma cidade do trópico, por mais comercial ou industrial que se torne, convém certo número de ruas acolhedoramente estreitas nas

quais se conserve a sabedoria dos árabes, antigos donos dos trópicos: a sabedoria de ruas como a Estreita do Rosário ou de becos como o do Cirigado que defendam os homens dos excessos de luz, de sol e de calor ou que os protejam com a doçura das suas sombras".

Eis aí, na estreiteza de ruas seculares ou não, entre outras coisas mais, toda a defesa, em suas raízes mais autênticas, da cultura nordestina e brasileira, herdada principalmente de portugueses e, através destes, dos mouros, uma cultura e uma história que são regionais sem perder o vínculo com a nacionalidade, merecedoras, portanto, de preservação, a fim de que nós, nordestinos, não nos desfiguremos ridiculamente numa civilização sem identidade, civilização esta, com suas ruas largas e seus prédios altos tão iguais, que procura apenas imitar, sem qualquer originalidade e traço próprio, a falta de personalidade de certas metrópoles estrangeiras.

Muitos de nós, pessoenses, quando vão ao centro da urbe ou ao Varadouro e falam mal das nossas congestionadas ruas estreitas, certamente não sabem o porquê daquelas estreitezas aparentemente incômodas. Não sabem que as ruas foram traçadas daquela forma para nos proteger do sol e do calor, seguindo a lição dos árabes e dos portugueses, que assim também fizeram nas cidades e vilas de Portugal, tão acolhedoras. Não sabem o valor cultural desse urbanismo antigo e civilizado, pleno de uma sabedoria que a cada dia perdemos

mais, se é que ainda resta algum resíduo dela.

Muito disso tudo se deve, reconheçamos, ao nosso cego, subdesenvolvido e acrítico culto à "civilização do automóvel", nós que estamos tão mal acostumados a só andar de carro, até para ir à esquina comprar o pão e a bolacha de cada dia. Por isso não sabemos apreciar a beleza e a comodidade das ruas estreitas, ruas que foram pensadas e feitas para o pedestre, para as caminhadas gostosas, civilizadas e socializantes das pessoas e não para o desfile contínuo dos veículos agressivos, poluidores e discriminatórios que tanto cultivamos.

Em fins da década de 1920, no Recife (e não em Recife), Gilberto Freyre foi muito perseguido e hostilizado pela tosca elite local por defender as manifestações culturais vinculadas às nossas raízes. Achavam que isso era de mau gosto. As panelas de barro, os cachimbos e as alpercatas dos matutos, as figuras de cerâmica, os santos de madeira, os quitutes das negras, a doçaria dos conventos e assim por diante. Ou seja, a autêntica cultura popular nordestina, tão nossa, à qual ele dedicaria o melhor de seus estudos e da qual se tornou o maior defensor.

Hoje procuro ver nossas ruas estreitas com esse olhar freyriano. Posso até não achar vaga para estacionar, mas não reclamo. Agora compreendo-as, e compreendendo, procuro apreciá-las, com o mesmo gosto com que contemplo, admirado e grato, uma antiga casa preservada. ❖

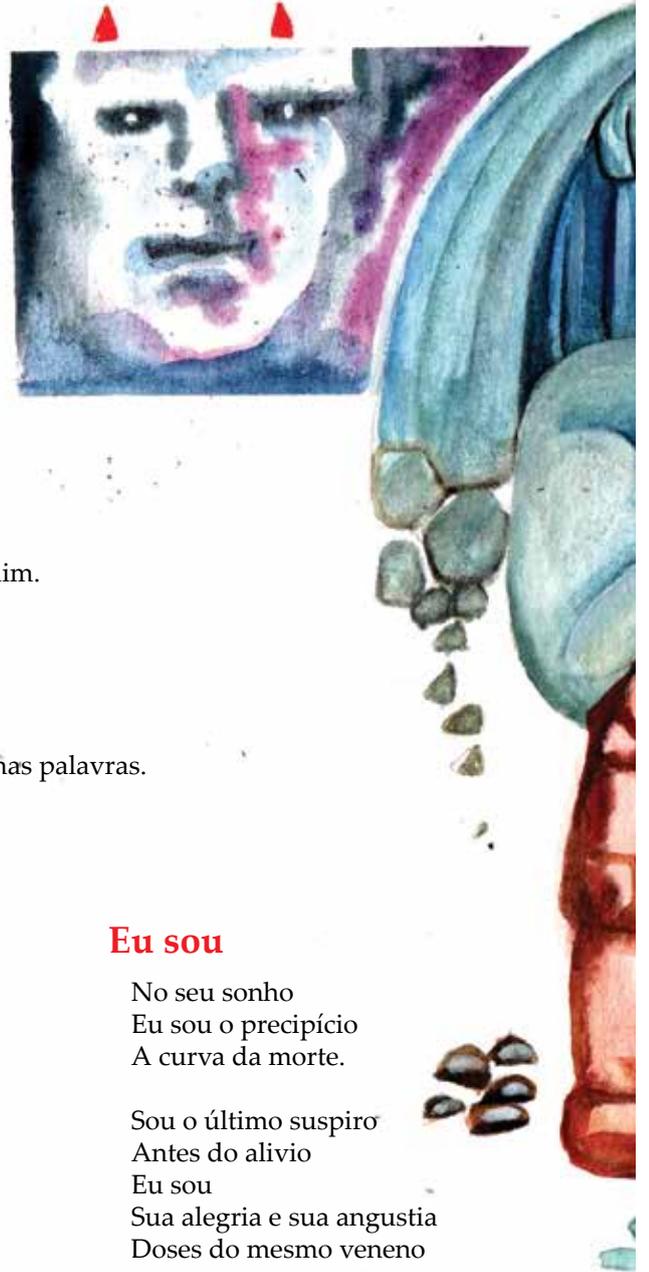
Francisco Gil Messias, paraibano de João Pessoa, onde reside, é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestre em Direito do Estado, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É membro da Academia Paraibana de Filosofia e do Instituto de Estudos Kelsenianos. Publicou os livros *Olhares - poemas bissextos* e *A medida do possível* (e outros poemas da Aldeia). Contato: gmessias@reitoria.ufpb.br.

Exorcismo

Ainda tento o exorcismo.
A sombra da sua passagem ficou.
Leve rastro de marcas profundas.

Ainda tento o exorcismo.
Ouço ruídos no andar de cima.

Não quero padre,
Mandiga ou ritual
Candomblé ou purificação.
Quero o próprio demônio
Da sua dor habitando esta casa.



Contenção

Tenha-me
Mesmo que seus olhos não repousem em mim.

Tenha-me
Mesmo que não saiba
Mesmo que eu não permita.
Tenha-me
Mesmo que seus lábios não saboreiem minhas palavras.
Contenha seu cansaço
Seu desmaio
Seu desespero de não me ver.

Eu reconhecerei em você
Em mim.

Motivo

Você me pede evasão, exagero.
Eu só sei ser contenção.
Aqui dentro já correu um rio
Sem controle
Mas o tempo ruim só deixou pedras.

Elas se tornaram meu parto.

Carrego-as onde eu for.
Sou pedra, mas já fui pluma
Água livre que corria nas margens.

Um dia o rio secou.
As pedras não tinham mais a quem guiar.
Elas me olharam.

Desde então
Eu passei a ser seu motivo.

Eu sou

No seu sonho
Eu sou o precipício
A curva da morte.

Sou o último suspiro
Antes do alívio
Eu sou
Sua alegria e sua angustia
Doses do mesmo veneno

Eu sou destino
Que a vidente sorteou
Nas palmas da sua mão

No seu pesadelo
Eu sou
Toda e nada

Uma miragem e uma realidade

Carmem

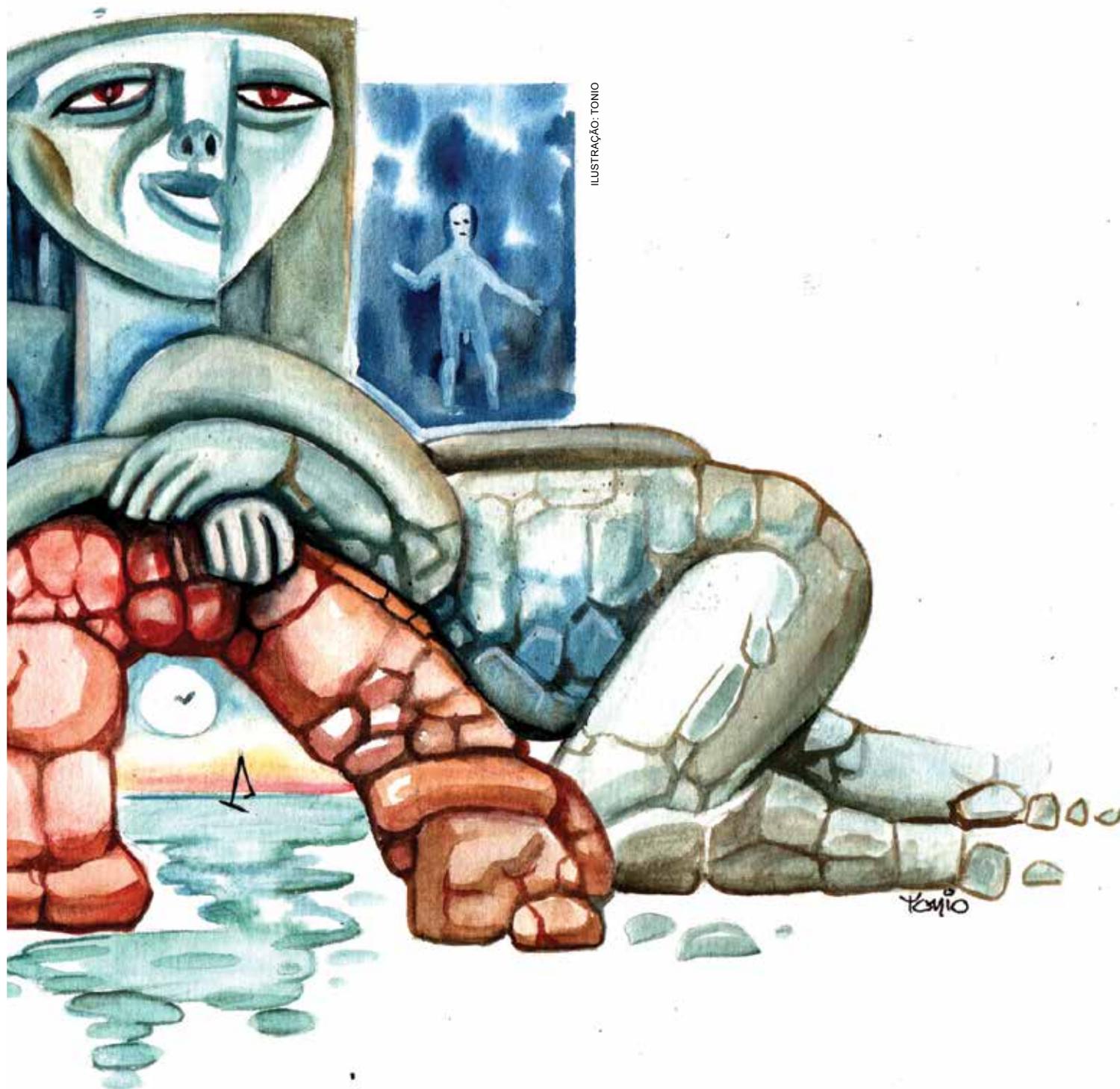


ILUSTRAÇÃO: TONIO



Cyelle Carmem participa do espaço literário de João Pessoa desde 2010, época da publicação de seu primeiro livro de poesia *Luzes de Labirinto*, em 2010, pela editora CBJE. Em 2013 lançou seu segundo livro *(Uni)verso*, através de edital da Funjope, do FMC da Prefeitura de João Pessoa. O romance *O Tempo da Delicadeza: ou mais um janeiro* foi publicado em 2016, pela editora Penalux. Em 2021, lançou *As árvores morrem de pé*, com poemas escritos durante a pandemia.

Tão perto, tão longe



*Da minha aldeia vejo quanto da terra
se pode ver no Universo...*

(Alberto Caeiro)

“O que é literatura paraibana?”. Essa foi a provocação que o poeta, jornalista e editor Linaldo Guedes lançou em sua página no facebook, dia desses. Vários de seus amigos/as virtuais participaram do debate com comentários variados, inclusive lançando suas considerações definidoras à literatura dos seus lugares, pois instigou a participação de algumas pessoas de outros estados brasileiros.

A pergunta soa provocativa e, também, necessária, considerando uma urgência natural que temos de classificar tudo o que vemos e, no caso das artes, apreciamos. O problema é que toda classificação pode incorrer em riscos vários e de diversas naturezas, como, por exemplo, os juízos de valor estético que podem resultar num reducionismo um tanto nocivo para a obra literária e seu autor/a, bem como para a crítica e a historiografia da literatura. De toda forma, a pergunta se faz necessária para que possamos construir, juntos/as, alguns entendimentos sobre identidade e acerca do que cabe no rótulo “literatura paraibana”, buscando problematizar, inclusive, a carga pejorativa no sentido da palavra “rótulo”.

É um tema extremamente instigante porque envolve outras reflexões, na sua essência conceitual, como as que se referem ao significado de regionalismo que, por si só, já renderia uma longuíssima conversa, tendo em vista o quanto esse conceito já foi discutido tanto em expansão quanto em profundidade teórica, crítica e historiográfica. E, para compreendê-lo, julgo importante levar em consideração que, pensar a literatura a partir da sua identidade geográfica, seja regional ou nacional,

incorre em vários problemas e em incômodos por parte de escritores e escritoras, pois não é incomum ouvirmos deles e delas alguma reivindicação de cautela ao aplicar-lhes o título de regionalistas. Poderia citar Milton Hatoum e Ronaldo Correia de Brito como dois exemplos. Sobre o primeiro, vale ler o estudo de Tânia Pellegrini¹, em que revisita o conceito de regionalismo em Milton Hatoum a partir do seguinte questionamento: “O fato de o autor situar suas tramas numa região tão específica do país, detalhando-lhe os traços marcantes [...] será suficiente para inseri-las no filão regionalista?”. E quanto a Ronaldo Correia de Brito, é possível encontrarmos em suas entrevistas alguma reflexão nesse sentido².

Como podemos ver, pensar em literatura produzida em determinada localidade (paraibana, pernambucana, amazonense, cearense etc.) constitui um longo caminho repleto de veredas, que nem começa, muito menos termina no espaço dessa coluna. Ainda assim, resolvi aproveitar esse espaço para refletir um pouco e contribuir, de alguma forma, para o debate. E, para tanto, gostaria de iniciar a discussão demarcando o lugar do qual construo a minha reflexão, e que parte de uma perspectiva pessoal, que tem a ver muito mais com a minha prática pedagógica como pessoa nascida e residente na Paraíba e professora de literatura nesse estado, do que mesmo, apenas, como leitora e apreciadora da arte literária. É do lugar de professora de literatura que procuro definir o que é “literatura paraibana” a partir do critério ▶

¹ Em análise de dois romances de Hatoum, Pellegrini lança mão de uma rica reflexão sobre a temática em texto disponível em https://www.academia.edu/1303722/Milton_Hatoum_eo_regionalismo_revisitado Acesso em 12 de mar. 2022.

² Ronaldo correia de Brito faz interessante reflexão ao formular resposta à pergunta “Somos regionalistas?”, em <https://www.ronaldocorreiaebritto.com.br/site2/2020/06/somos-regionalistas/>. Acesso em 12 de mar. 2022.



'Conversas Paralelas': projeto procurou olhar a literatura paraibana, buscando compreendê-la na relação que ela estabelece entre sua forma/estrutura e seu conteúdo

da geografia, pelo menos para fins didáticos, ou seja, considerando, sob o "rótulo" (entre mil aspas) de "literatura paraibana", aquela produzida por escritores/as nascidos/as ou residentes no estado da Paraíba. E vejo, nessa perspectiva de estudar o tema, uma atitude, além de pedagógica, política. E é sobre isso que gostaria de discorrer um pouco.

Primeiramente, pensemos no seguinte: os últimos dois anos vêm colocando à prova nosso trabalho de educadores e educadoras. À prova de que precisamos sobreviver em meio a um contexto extremamente adverso para os campos de qualquer saber escolar. O contexto de que falo é o político-social aqui descrito sob dois de seus aspectos mais definidores atualmente para o que se coloca contrário a qualquer projeto pedagógico: pandemia que, desde 2019, afeta drasticamente o Brasil, com consequências diretas no sistema educacional, somada a um cenário político inominável e sem precedentes.

Diante desse quadro desanimador, o que resta a nós educadoras e educadores? A resistência. Resistimos para não sucumbirmos na malfadada vida em que o referido contexto tem nos colocado. Resistimos porque precisamos ser algum tipo de ancoradouro para nossos/as estudantes. Resistimos porque precisamos nos ancorar em algo. Resistimos porque buscamos ver o texto literário como "uma formação simbólica grávida de sentimentos e valores de resistência", como afirma Alfredo Bosi³.

Foi com esse espírito de resistência que desenvolvemos, no segundo semestre do ano de 2021, estendendo-se até março de 2022, o projeto de extensão "Conversas paralelas: a literatura paraibana contemporânea" no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), com a parceria primorosa da Empresa Paraibana de Comunicação (EPC), na divulgação das nossas ações no Jornal A União, bem como da professora Valéria Andrade (UFCCG – Campus Sumé), além dos

professores Diógenes Maciel (UEPB – Campus Campina Grande) e Expedito Ferraz Júnior (UFPB – campus João Pessoa).

Além do fator da resistência, importante assinalar que a realização desse projeto se justificou por três questões que viemos enfrentando, como professoras/es de literatura do curso de Letras: 1. A ausência de uma disciplina mais especificamente direcionada ao assunto em suas grades curriculares; 2. O desconhecimento por boa parte dos alunos/as (provavelmente a maioria) de muitos dos escritores/as paraibanos/as, ficando restrito, praticamente, ao que já se constitui como cânone; 3. Diretamente relacionado à questão anterior, tal desconhecimento se deve, em muita medida, ao que se configura como mercado editorial e que envolve questões midiáticas, ou seja, noutras palavras, nossos alunos/as têm lido, em termos literários, o que a mídia lhes apresenta e nem precisa dizer que se trata da literatura publicada por grandes editoras localizadas no tão famoso eixo Rio-SP. Nossos alunos/as, a depender das mídias, mal sabem que Linaldo Guedes gerencia a Arribo, uma

editora localizada na cidade de Cajazeiras. Então, como professora de literatura, preciso disseminar essas informações, já que, se lanço em sala de aula, por exemplo, uma discussão sobre cordel e peço que revelem nomes de cordelistas por eles/as conhecidos, o nome de Bráulio Bessa ecoa num uníssono e, para muitos, se restringe a ele. Não vem ao caso, aqui, fazer julgamento crítico de sua obra. Apresentar esse dado tem tão somente a finalidade de constatar a lacuna em nosso alunado que está se formando para ser professor/a de literatura do ensino básico.

Então, a realização desse projeto de extensão significa um ato pedagógico e também político, porque representa, em alguma medida, um enfrentamento a uma produção literária essencialmente midiática, que se apresenta, dado o alcance dessas mídias, como a melhor e única, sem que seja oportunizada qualquer reflexão crítica.

O balanço que podemos fazer do projeto, agora concluído, é bastante positivo: desenvolvido durante cinco meses, contou com a participação de 15 convidados/as, escritores/as paraibanos/as ou que residem na Paraíba, nos diversos gêneros literários – crônica, conto, romance, poesia e dramaturgia; foram emitidos seiscentos e oitenta e oito certificados; os vídeos das transmissões das conversas no Canal de Letras Ead/IFPB no YouTube tiveram, até a data em que esta coluna é escrita, duas mil trezentas e quarenta e duas visualizações. Esses números significam muito para o projeto, pois representam um alcance significativo do nosso público-alvo, formado, principalmente, por estudantes dos cursos de letras do IFPB, UEPB, UFPB e UFCCG. Significam muito porque, em comparação a uma situação de ensino presencial, dificilmente os alcançaríamos.

Dizer que a pandemia trouxe algo de positivo para a sociedade é um equívoco sem tamanho. No entanto, é preciso reconhecer que, na busca de caminhos que pudessem nos levar até nossos alunos/as, o ensino remoto, apresentado como modalidade possível para as atividades que não podiam mais ser

³ BOSI, Alfredo. Literatura e resistência. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

► realizadas presencialmente, colocou em nossas mãos tecnologias digitais da informação e da comunicação, que acabaram por desempenhar um protagonismo interessantíssimo. É muito gratificante saber que um estudante da cidade de Conceição, no alto Sertão da Paraíba, por exemplo, pôde participar de uma “Conversa paralela”, transmitida do campus João Pessoa, localizado no bairro de Jaguaribe, com convidadas falando diretamente de Campina Grande. Foi, portanto, na direção de apresentar novos escritores/as a essas alunas e alunos de Letras EaD/IFPB, espalhados por todo o estado, do litoral ao Sertão, e de outros estados vizinhos, bem como a alunos/as dos cursos de Letras da UFCG, UFPB e UEPB, que acessamos não somente as obras literárias, mas, também, as trajetórias de vida e de criação dos escritores/as convidados.

Assim, no afã de oportunizar encontros ricos em conhecimento e experiência artística, pudemos nos deliciar com a doçura de Marília Arnaud, ao mesmo tempo em que nos afetamos com o drama da sua personagem Aglaia e seu pássaro de bico ensanguentado; tivemos a oportunidade de conhecer Roberto Menezes e seus personagens que transitam por espaços narrativos que nos levam às ruas das cidades de João Pessoa e de Santa Rita; fizemo-nos ouvintes das histórias de Políbio Alves, que faz da sua experiência de vida pelo bairro Varadouro na capital paraibana materialização ficcional; exercitamos o orgulho de sermos conterrâneos/as de Patrícia Rosas, idealizadora do projeto “Desengaveta meu texto”, finalista no Prêmio Jabuti em dois anos consecutivos; sentimos a ponta do punhal do cordel por Aderaldo Luciano, que, juntamente com Hélder Pinheiro, provocaram em nós uma reflexão mais crítica sobre o cordel e sobre a leitura desse texto em sala de aula; pudemos refletir sobre criação e recepção de poesia hoje, na conversa rica, descontraída e bem humorada de Expedito Ferraz Júnior, Jon Moreira e Danilo Peixoto, que trouxeram como temática condutora a questão “A quem falam os poetas?”; contrapondo essas vozes masculinas, trouxemos para nossa

conversa seguinte as cronistas Sandra Raquew Azevedo e Ana Adelaide Peixoto, que falaram do porquê da predileção pelo gênero, das suas trajetórias de escritoras, além da importância dos espaços jornalísticos; e, para fecharmos as atividades em clima de festa e comemoração, convidamos o escritor Tarcísio Pereira, duplamente premiado em 2021, para discutir sobre “A dramaturgia na Paraíba”, contando, ainda nessa conversa, com a participação do professor e também dramaturgo Diógenes Maciel.

Daí poderíamos levantar uma outra questão e ampliar nossa compreensão. Seria possível, por meio de alguns desses elementos literários apresentados, pensarmos numa definição/classificação, que, mesmo envolvendo o critério da geografia, não se restringisse ao registro de nascimento dos/as escritores/as e/ou aos lugares em que residem? Creio que sim, se levarmos em consideração, por exemplo, as condicionantes sociais das quais eles/elas surgem e, conseqüentemente, suas obras. E aqui não poderia deixar de referenciar o estudo de Carlos Nelson Coutinho, intitulado *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias [sic] e formas*, publicado por DP&A, em 2005, em sua terceira edição.

Ajuda-me muito pensar a literatura sob a perspectiva de Coutinho porque sinto que podemos avançar num entendimento do que estamos definindo sob a identidade de “literatura paraibana”, sem diminuí-la pelo fato de localizá-la no estado da Paraíba. Trata-se de uma maneira de olhar essa literatura procurando compreendê-la na relação que ela estabelece entre sua forma/estrutura e seu conteúdo, que diz respeito, em tese, aos fatores externos, portanto sociais, que são enformados internamente. Vendo assim, podemos observar os artifícios literários como representações ficcionais de elementos que podemos encontrar no nosso mundo (paraibano) tangível e vivível: a rua

Beira-rio por onde transita a personagem Aglaia de Marília Arnaud; a cidade de Santa Rita enunciada nas narrativas de Roberto Menezes; o Bairro do Varadouro na obra de Políbio Alves; as alusões à cidade de Areia na poesia de Aderaldo Luciano; a presença de um Pedro Américo como personagem na dramaturgia de Tarcísio Pereira; o homem do saco (personagem icônico que transita pelas ruas de João Pessoa) na poesia de Expedito Ferraz etc. Se tais exemplos não valerem pela sua própria suficiência para construirmos essa identidade, importam, ao menos, para pensarmos sobre ela.

Imagino, portanto, a possibilidade de um caminho de mão dupla, que envolve duas ações contíguas: 1. Incorrer em estudos historiográficos e críticos que invistam numa classificação da literatura pelo seu local de nascimento (e pertencimento) nos auxilia em nossa pedagogia; 2. Mantermo-nos fechados/as nessa classificação das fronteiras geográficas, restritas à certidão de nascimento e aos endereços dos/as escritores/as, pode ofuscar um pouco a nossa visão para as divisas demarcadas no mundo editorial e que reforçam uma supremacia sulista e sudestina, mas, também, masculina, heteronormativa, branca.

Enquanto nos virmos sob essa figuração, considero importante, para fins didáticos pelo menos, falarmos em “literatura paraibana”, compreendo-a como aquela produzida por pessoas que nasceram e/ou que vivem nessa terra, em suas várias mesorregiões, e que dela se alimentam, de alguma forma, para construir suas obras ficcionais, poéticas, dramatúrgicas, pois considero o pressuposto de que o texto literário pode resultar das experiências (vivas, observadas, testemunhadas, imaginadas, sonhadas) dos/as escritores/as em sua aldeia, em sua localidade, o que não significa dizer que a matéria literária que constroem não tenha seu caráter universal. ❖

Analice Pereira é professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Escreve sobre literatura e, vez ou outra, aventura-se pela ficção. Mora em João Pessoa (PB).

Bom poeta me acompanha

Hildeberto Barbosa Filho

Especial para o *Correio das Artes*

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



Em seus poemas, Abrahão Costa Andrade evita a teorização didática e investe na energia poética das palavras e na espessura de um pensamento lírico

A

brahão Costa Andrade (1974) tem formação em filosofia. Sua poesia tem acentos filosóficos, mas o poeta não se deixa cair na armadilha fácil do apelo doutrinário. Evita a teorização didática e investe, de maneira sólida e original, na energia poética das palavras e na espessura de um pensamento lírico que nos renova a percepção das coisas e do mundo.

Sua data de nascimento me diz que ele integra uma geração posterior a minha, que deu um Lúcio Lins, um José Antônio Assunção e um Águia Mendes. Sua geração é a de Edônio Alves Nascimento, Ed Porto, Antônio Mariano, André Ricardo Aguiar, >

Linaldo Guedes e, entre os mais novos, Astier Basílio e Bruno Gaudêncio, só para citar aqueles de presença visível e com inegável desenvoltura no trato com a linguagem.

Afroameríndia (tratado da sensibilidade) (1992); *Mulãria da Macambária* (1994); *O idioma dos pães* (1996); *Educação do esquecimento* (2009); *Punhal a língua* (2014) e *A casca do tempo (poemas de tempo & desaforo)* (2017) constituem, por enquanto, o seu patrimônio poético, numa demonstração de um esforço criador dos mais disciplinados e mais instigantes, se tenho como medida a meditação estética e a sondagem existencial.

Quero crer que, a partir deste instante de leitura e releitura de seus versos, sua arte expressiva ganha maturidade, sobretudo em *Educação do esquecimento*, já em seu talhe borgeano, e em *A casca do tempo*, que vejo e sinto como um pequeno tratado reflexivo acerca dessa categoria metafísica que tanto inquietou Santo Agostinho e Henry Bergson.

Mas não pense o leitor que as aporias e os silogismos do discurso filosófico enfeixam-se, aqui, no truque vazio dos hermetismos de ocasião em que tantos poetastros se comprazem, como se participassem de uma farrá de cadáveres, embriagados com a sua própria podridão. Não. Em Abrahão Costa Andrade a realidade (o tempo, principalmente o tempo, a cidade, a casa, a irmã, as ideias e as emoções) não se esconde através da máscara dos falsos experimentalismos linguísticos, porém, revela-se, inteira e enigmática, na sua densidade semântica, na sua capacidade de ser e não ser, de ser mais e muito mais que aquilo a ser domado pelas táticas e artifícios de um paradigma estilístico.

Se no primeiro poema de *A casca do tempo*, “A cidade e seu duplo”, versos como “o rio sabe-se a si mesmo © como a cidade

FOTO: REPRODUÇÃO



“

Sua poesia também traz a marca do leitor. Sua poesia também assume os riscos do diálogo. Há muitos textos entranhados nas malhas de seus versos

Hildeberto Barbosa

Capa de 'A casca do tempo': rigoroso equilíbrio entre som e sentido

- ▶ nele se sabe”, lembram certos ecos cabralinos, embora esta elegia sobre o rio Tietê possa nos levar às águas escuras do longo poema de Mário de Andrade, Abrahão não perde, por sua vez, a autonomia de seu foco lírico, pois, nele, introduz o giroscópio da metalinguagem e amplia o espaço das margens, quem sabe, para uma terceira, misturando palavra e existência, como podemos inferir na possível mensagem destes versos magistrais:

o rio não está nem aí com o que se diga dele:
são confissões,
e o que vem de dentro já o atinge
anterior à fala;
é suporte para a sua autoimagem.

Para sondar o mistério do tempo e os outros motivos de sua seleção poética, o autor socorre-se de formas variadas. O minimalismo do haicai coexiste com a pegada mais expansiva de um texto como “Cotidiano”, na sua cadência aforismática, ou, em “Eu quero ficar em casa”, no seu tom monocórdico, quase prosaico, meio à Álvaro de Campos, mas com aquele sarcasmo tipicamente andradino, donde a poesia pode brotar com seus gumes de fogo, senão vejamos:

Não me chamem para vernissage, lançamentos
de livros ou de nave espacial. Nada tenho
de especial. Sou tranquilo e insuportável
como uma brasa. Por isso, deixem-me,
deixem-me ficar em casa.

“São Tomás de Aquino”, poema dedicado a Alda Costa Andrade, sua irmã, é dos mais tocantes, na sua prosódia subdividida em duas partes, visceralmente interligadas pelo timbre de fervor quase oracional que condiciona poeticamente o ritmo e a ideia que o formatam, na sua intrínseca estrutura artística. Leiamos a primeira parte, e veja, leitor, se tenho razão:

Filha, difícil é outro nome da vida.
É entre espinhos sempre que floresce a rosa.
Acertar é coisa de quem atira, e atirar,
Filha, é contra minha doutrina. Descalços os pés
Melhor sentes a terra que te fiz e de que te fiz.
E isso que chamas de fraquezas, não são.
Filha, é apenas o movimento bambo em direção
Ao eterno recomeço de uma alegria
Que a ti te preparo a cada instante. Olha!

Outros poemas me parecem antológicos, a exemplo de “Coração precário”, “Palavras redondas”,

“Bilhete”, “Aguilha”, “Rochas”, “Ode ao presente”, “Ladra, é isso que é a morte”, “A tristeza é uma mendiga velha” e “Quando eu morrer eu quero me encontrar com Borges”. Em todos a poesia se faz aquela “metafísica instantânea” de que fala Gaston Bachelard.

Na Apresentação, a professora da Universidade Federal do Espírito Santo, Ester Abreu Vieira de Oliveira, afirma, como arremate de suas justas palavras: “Em sua poesia não há confecção intelectual que possa vir de um filósofo intelectual que é”. Assino embaixo.

Mas ainda diria: a poesia de Abrahão Costa Andrade, mormente aqui, neste *A casca do tempo*, no seu rigoroso equilíbrio entre som e sentido, para lembrar a exigência de Valéry, se tem acentos filosóficos como já disse, e se filosofia é sabedoria, o seu saber não vem das escolas, vem das vértebras incontornáveis da vida, da vida e sua “agitação feroz e sem finalidade”, para lançar mão do grande verso de Manuel Bandeira.

Sua poesia também traz a marca do leitor. Sua poesia também assume os riscos do diálogo. Há muitos textos entranhados nas malhas de seus versos. Há muitos versos que são plurais, não somente pela ambivalência das formas e dos metros, mas, sobremaneira, pelas provas polissêmicas, pelos indícios de sugestão estética, pela verticalidade do pensamento e pela verdade das emoções. Isto me parece mais que suficiente para dizer, sem titubeios e sem louvações ilusórias, lendo Abrahão Costa Andrade leio um dos mais fortes poetas de sua geração. Leio, não, releio e releio, porque um bom poeta me acompanha sempre. ■

Hildeberto Barbosa Filho (HBF) é poeta e crítico literário. Mestre e doutor em Literatura Brasileira, professor titular aposentado da UFPB - Universidade Federal da Paraíba e membro da APL - Academia Paraibana de Letras. Autor de inúmeras obras no campo da poesia, da crítica, da crônica e do ensaio, dentre as quais se destacam: *Nem morrer é remédio: Poesia reunida*; *Arrecifes e lajedos: Breve itinerário da poesia na Paraíba*; *Literatura: as fontes de prazer*; *Os livros: a única viagem*, e *Valeu a pena*.



Quem tem pena de passarinho é passarinho

Líria Porto, mineira de Araguari, vem se consolidando como uma das vozes líricas mais delicadas e apuradas tecnicamente na cena poética brasileira. Autora de *Borboleta desfolhada*, *De lua*, *Asa de passarinho*, *Garimpo* (finalista do Jabuti de poesia 2015), *Cadela prateada*, *Olho nu*, *Nem cai nem haicai*, participa de várias antologias, além de assinar o blog *Tanto mar*.

Quem tem pena de passarinho é passarinho (editora Peirópolis, São Paulo) é seu mais recente lançamento e faz parte da “Biblioteca Madrinha Lua”, coleção prioritariamente destinada ao público infanto-juvenil. O que justifica uma certa levada do livro, mas não o cerceia.

Antes: eu não sabia disso e o li encantado de cabo a rabo. Depois, estabeleci um paralelo com o livro *Garimpo*, este sim, destinado à garotada. E foi aí que Líria, em e-mail, me esclareceu. Mas como poesia é linguagem infantil, já nos lembra Octavio Paz, e está aí Manuel Bandeira para não deixá-lo mentir, pouco importa a meta da coleção. O que conta é nos entregarmos ao alumbramento que a poesia de Líria Porto nos proporciona.

E o eu-lírico, possuído pela beleza da vida, descreve seu encanto transferindo-o para o leitor que, ao ler o poema, deslumbra-se com quem o redige tão simples e lindamente:

reverência

quem teve a primeira ideia
de pintar o céu de azul
de semear nele umas nuvens
desfiar depois a chuva
colorir o chão de flores
lindos tons vário o verde
luz no sol branco da lua
sete cores no arco-íris
brilho em toda estrela
sem usar papel nem tinta
tela ou computador
deslumbra-me ▶

A mineira Líria Porto vem se consolidando como uma das vozes líricas mais delicadas e apuradas na cena poética brasileira

FOTO: CARLOS MAGNO SENA DIVULGAÇÃO



festas semióticas

► “Semear nuvens” torna o que já é leve ainda mais rarefeito e adquire, assim, o encanto do que é sublime.

“Desfiar a chuva” é multiplicar em filigranas os pingos, fazendo-os uma cortina mais leve e volátil de belezas ao vento.

“Colorir o chão de flores” e “vário o verde” é intercalar uma cor dominante entre a multiplicidade de outras, desenhando uma cena plástica de beleza harmônica ímpar que ainda vai dar no paradoxo que somente a poesia pode criar: “o sol branco da lua” para depois jorrar nas sete cores do arco-íris.

Tudo isso deslumbra o leitor porque Líria sabe dedilhar imagens e poesia é imagem. E imagem são o visual, o som e a ideia juntos. A soma de tudo isso é alumbramento.

apuro

a chuva
lavou a ladeira
tirou todo o barro
deixou tudo
um brinco

então meu amor
sobe a serra
de alma lavada
sorriso nos lábios
e pés limpos

A simplicidade da linguagem, a economia vocabular, a concisão verbal, a oralidade espontânea e fluente dão ao poema uma leveza e um caráter de confiabilidade que nem o humor contido no último verso consegue demolir. Antes, soa como um humor afetivo, que aproxima ainda mais os amantes pela intimidade do diálogo que se abre na segunda estrofe.

O poema não esconde uma referência ao humor oswaldiano, quer na economia da cena, quer na brincadeira amorosa que há em seu recado. O título é uma referência tanto ao trato da linguagem do poema (apurar o modo



de dizer) como ao trato da cena dos amantes (apurar os pés para não sujar a casa). Além de não desprezar o sentido de “colocar em apuros” o amado, aqui marrotamente (vem, meu amor, mas não se esqueça de limpar os pés).

O amor quando é grande se permite as brincadeiras, as descontrações de dos trocadilhos ao sabor da hora, com o zelo e o cuidado de que só os amantes sabem ter.

A poesia de Líria é todo cuidado com o outro, consigo e com o mundo – particularmente com a natureza. Que ela sabe tomar como individualidade e não reflexo romantizado de sentimentos e sensações humanas. Este cuidado já desponta no título do livro, numa ambiguidade que a poeta não dispensa em momento algum. Porque sabe que a poesia é onde a ambiguidade faz ninho e morada.

o visitante

já o inverno me rodeia
tece sua teia branca
finca estaca lá na porta
entra por baixo das telhas
reclama lenha coberta
arranha-me a pele

eu quieta no meu canto
ele insiste pede leite
uma dose de conhaque
chá de cravo de canela
chocolate sopa quente
agasalho meias vela

o inverno veio cedo
com seus braços magricelas
respiração ofegante
pouco cabelo
misérias

Líria Porto usa das minúsculas e dos versos curtos / numa parcimônia verbal / que desenha / com sons / com ideias / com imagens / numa contenção / de canção / de filme de cinema / de historinha de livro da carochinha / nela tudo brilha e reluz / triluz / em luzinhas de epifanias / para deslumbre do leitor-luz.

Ler Líria Porto é navegar nas galáxias do infinito azul sem fim. ■

Amador Ribeiro Neto é poeta, crítico de literatura e professor da Universidade Federal da Paraíba. Mora em João Pessoa (PB)

O garoto e o "ET"

"Os sonhos noturnos são gerados, na busca pela realização de um desejo reprimido."

(S. Freud)

Alex Santos

Especial para o *Correio das Artes*

Arthur Alexandre Luna é um garoto deveras esperto. Sempre foi ativo até na hora de nascer, quando se mostrou líder ao tomar a própria iniciativa de vir ao mundo. Isso para o espanto de médicos e da própria mãe. Ele é daquelas crianças de mente privilegiada e bastante inventiva, sempre, para sua idade.

Com pouco mais de sete anos de idade, Arthur já manipula equipamentos eletrônicos – computador, tablet e telefone celular – com a desenvoltura de gente grande; de gente grande que entende do riscado. Versatilidade jamais lhe faltou, agindo lépido e focado naquilo que admira e é do seu maior interesse, buscando sempre uma liderança nas brincadeiras com os da sua idade, dentro e fora da escola em que estuda. Seus professores o admiram pela sua esperteza, inclusive pelas boas notas escolares

que consegue, em inglês e outras matérias.

Influenciado afetivamente sobretudo pelo avô materno, a quem costuma chamar de "vovô Lex" – este, cuja trajetória de vida sempre foi ligada ao cinema, desde a infância –, Arthur se proclama, alto e bom som, um real "cinemista". Neologismo criado por ele, ainda no *plot* inicial de sua existência, associando as atividades cinematográficas às suas experiências de ator mirim, já em dois filmes realizados pelo avô. E com atuações do garoto, inclusive, elogiadas pela imprensa.

Nesses tempos difíceis em que vive a humanidade toda, por conta de uma temerosa pandemia, também de ameaças de guerra vindas do embate Rússia versus Ucrânia, restrições educacionais, privando-o de ir à escola, o garoto vive do aprendizado *at home* (em casa). Linca-



O "cinemista" Arthur e suas habilidades: música, joguinhos espaciais e heróis intergalácticos

do à Internet, afeiçoou-se às *lives* como qualquer garoto inteligente de maior idade, nesse universo de virtualidades. Dá gosto ver sua desenvoltura nos teclados, quer seja do computador, celular, ou mesmo no piano durante suas aulas particulares de música.

As fantasias no YouTube, algumas delas proibidas de assistir pela mãe e pela avó Lili, que acreditam serem estímulos visuais "desaconselhados", são mundos furtivos vistos pelo garoto. Mexe com as ferramentas da Internet de dá inveja a adultos. Quando já não há mais obrigações e *lives* escolares, após o jantar gosta de ficar no sofá, vendo na televisão, ou no celular, nos seus joguinhos espaciais favoritos e seus heróis intergalácticos. Quando não, imagens de praças e parques bastante familiares da cidade, até o cansaço dominar-lhe completamente para mais uma noite de sono e aventuras...

ENTRE A REALIDADE E O DEVANEIO

Numa dessas altas noites, imponderadamente, Arthur adentra um universo mítico de um espaço-tempo deveras diferenciado, inusitado. Um mundo bizarro que nunca tinha visto antes – Nalguma praça de uma urbe estranha, diferente das que brincara normalmente com os muitos coleguinhas, visualiza na tarde daquele domingo algo totalmente intrigante...

Sobre sua cabecinha, chamam-lhe tenção alguns seres enormes, como se fossem balões inflados deslizando no espaço, que de repente se deslocam na sua direção

numa velocidade espantosa. Uma dessas estranhas figuras espaciais, que antes Arthur ouvira chamar de "extraterrestres", paira sobre ele, flutuando silenciosamente no ar. Ainda sob inusitado espanto, o garoto sente-se diminuto a um grão de ervilha, diante de uma figura tamanha e de intensa luminosidade.

Naquele exato momento já não mais existem, perto dele, os familiares e amigos com os quais sempre brincava. O espaço-tempo agora era diferente. Aos seus ouvidos, ressoam apenas um chiado cada vez mais intenso, como que algo indecifrável; portanto, abduzido estaria Arthur de sua realidade aqui na Terra.

Isolado agora numa cenografia urbana de mobilidade diferenciada, Arthur se deslumbra com um trânsito apenas de superfície. São veículos estranhos que se cruzam vertiginosamente no espaço, entre

prédios enormes e pontiagudos, que mais parecem foguetes a atingirem os céus. Contudo, aquilo não seria muito estranho para o garoto, que sempre buscou, na Terra, as situações diferenciadas de mobilidade urbana, mas só vistas através das muitas animações no YouTube.

Ainda sob aquele devaneio, encantamento inusitado – que para o pensador Sigmund Freud, "os sonhos são gerados, na busca pela realização de um desejo reprimido" –, é possível que o garoto Arthur Alexandre tenha dormido pensando na epopeia dos personagens heroicos e intergalácticos, anteriormente assistidos na televisão. Ou mesmo naquela abissal figura pintada na abóboda de cobertura da Estação Ciência, e que lhe causara o maior espanto quando brincava com os amiguinhos naquela tarde de domingo, no Espaço Cultural José Lins do Rêgo.

Entrementes tantas fantasias, aquela voz sussurrante, deveras carinhosa e familiar, aguça os ouvidos do garoto, ainda adormecido. Ele abre os olhinhos, buscando "algo" em seu quarto, o que já não mais existe. Ainda sonolento, vê bem próximo dele o risonho rosto de sua mãe Alexa, que carinhosamente lhe adverte:

– Filho, acorde meu amor! Você tem uma live daqui a meia hora. Lave o rosto, escove os dentinhos e venha tomar seu desjejum da manhã. Ande logo!

Será mais um dia na vida do garoto Arthur Alexandre. Mais um novo tempo de virtuais realidades e, quiçá, de novos e indescritíveis devaneios...

Fim ✖

Alex Santos é jornalista, colunista de *A União*, vice-presidente fundador da Academia Paraibana de Cinema, cineasta premiado, professor aposentado da UFPB, um dos autores do livro 'Literatura na Paraíba III' e de outras obras relacionadas ao cinema e televisão.

E para que poetas em tempos de pobreza?

La beauté, "Beauty is difficult, Yeats" said Aubrey Beardsley
when Yeats asked why he drew horrors
[...]
So very difficult, Yeats, beauty so difficult.

(Ezra Pound, Canto LXXX)

Verão de 2022.

1.	2.	3.	4.	5.	6.
a caçada	fome	patio	o verme	l	trapo.
ao vag	de os	taurino e	lho do sema	i	mão.
ue	sos	uma	foro é	x	fio,
ar	nas r	amon	dia	o.	linha,
de	u	tour	rio da vio	a	rasgo.
areia	as.	ada cidadela.	leniencia	l	grito
e pedra.	veem-se ped	gen	dos car	i	entre
eu	assados	te – geo	ros.	m	silvo.
– pas	pelos c	metrias	nas cor	en	berro
sos	arroz.	de ge	rentes das	to	entre
de presa –	fum	ladeiras	ruas	x	pedra,
com	aças	[l	em se	i	contra
pon	de hec	inhas em	ries se	co.	testa.
do assom	a	rui	exibem	den	contra
bro – o chão	tombe	nas].	pelas ja	t	costas.
q	hum	– o abate	nelas	re	sangra.
ue	an	e dubai	cerradas.	os	rasgo,
preda.	a	destruida.	[o pobre].	den	fibra,
não	– <i>Te Deum.</i>	não ha	[o miseravel].	t	carne.
é bicho – o avesso –	o	,	o ver	es.	trapo,
de mim ou de m	silencio	mas	de bate de as	l	mão
eus	do	faminta.	salto.	i	...
pos.	tra	não ha	ate o	m	ar
sou o	fogo.	,	prox	o.	eia
q		mas	imo	res	ar
ue		famelica.	epis	to	ena
o sol		vidas	sadico.	de esmola	ceu
predra.		a b		la	e ar
		eira		esboroa	eia.
		de		da	
		sevicias.		den	
		- o voo		tro do	
		de car		ven	
		car		tre.	
		a			
		pousa			
		em Dubai.			



Sampaio

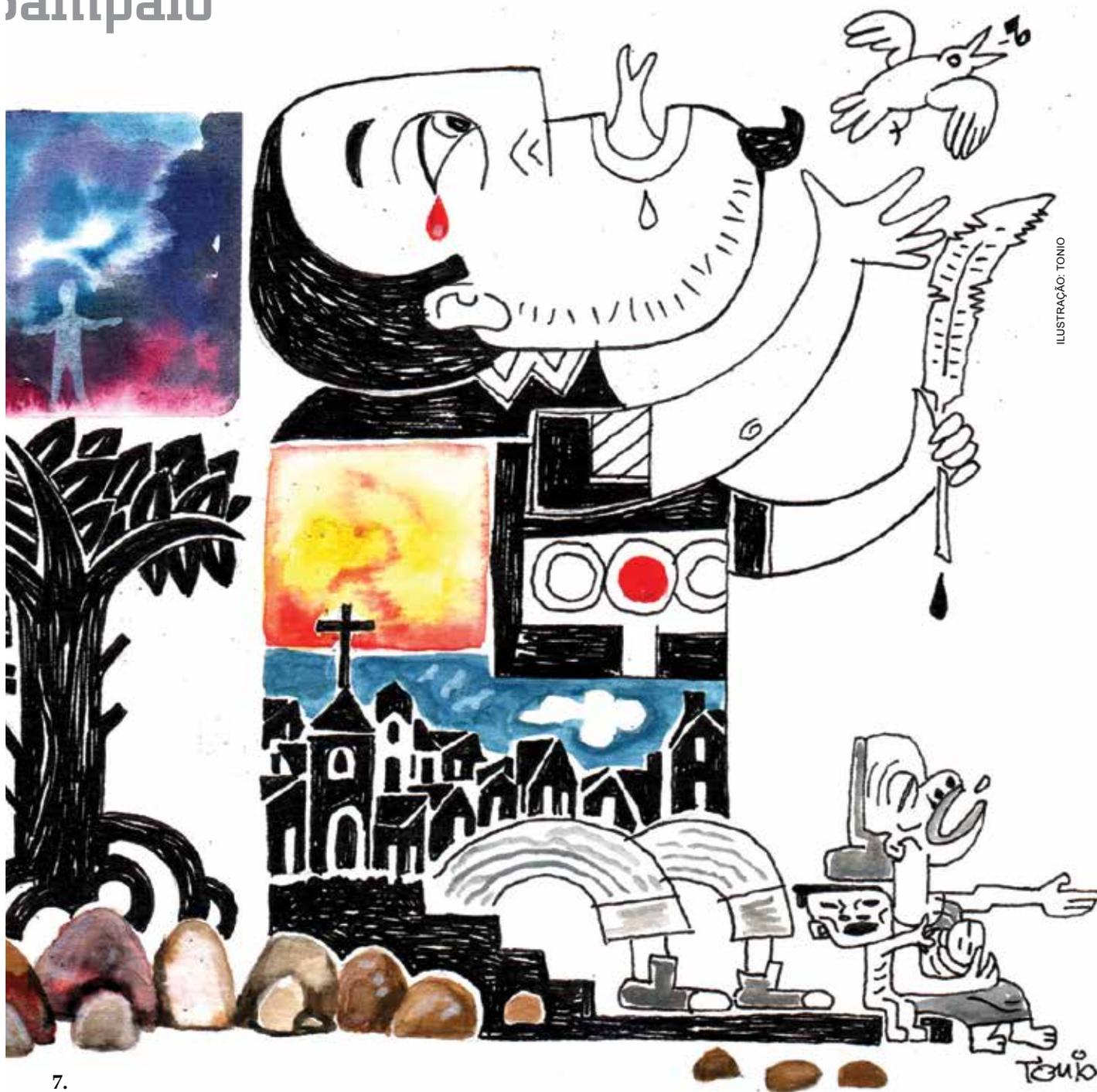


ILUSTRAÇÃO: TÔNIO

7.

a cidade, se abre,
encerra-se alheia;
na penúria, o último
dos homens espreita

o poeta morto
na penumbra pública
– sombra de misérias,
maltrapilho e estulto.

e a caçada continua.



Daniel Sampaio de Azevedo, natural de João Pessoa (PB), é autor da plaquete *Terror Sagrado sob o Sol de Meio-dia (Mondrogo)*, lançado em 2019, participou da antologia *Todo Começo é Involuntário: a poesia brasileira no início do século 21* (Lumme editor), organizada por Claudio Daniel, e já teve poemas publicados pelo *Correio das Artes*. Mora e trabalha em João Pessoa.

A literatura do sol nascente

Eduardo Augusto
Especial para o *Correio das Artes*

A pesar da literatura japonesa ser conhecida atualmente pelos escritores premiados Haruki Murakami e seu *Kafka a beira mar* e Kazuo Ishiguro e seu *Os Vestígios dos dias*, a literatura japonesa tem uma história milenar.

Mesmo antes da introdução da escrita, já havia inúmeras obras transmitidas oralmente, como orações ritualísticas, mitos e lendas, que com a escrita foram reunidas a partir do período Yamato (século 8). Obras como *Kogik*, *Nippon Ki* e *Maniosiu* fazem parte desse primeiro período, que vai de 712 a 759. Nessa fase havia uma grande influência da literatura chinesa, e o Japão só construiria sua identidade literária no período seguinte.

Do fim do século 8 ao fim do século 12, o Japão vive o período Heian, segundo alguns historiadores, a era de ouro da cultura japonesa. É nesse período que

a cultura se desenvolve e a literatura constrói seu estilo próprio. Assim, nascem obras como *Kokin-Siu*, antologia de poesia reunidas pelo poeta Ki Tsurayuki, que proporcionou as bases para a poesia japonesa. Também é com ele que surge outro importante gênero japonês, o *Nikki* ou diário.

E é pelas mãos da japonesa Murasaki Shikibu que vem ao mundo o primeiro ro-

mance da história da literatura mundial, a obra *Genji Monogatari* ("Contos de Genji"), que está cheio de imagens da refinada cultura japonesa. Outro romance importante é *O livro Travessero* de Sei Shonagon.

Já no século 13, alguns guerreiros de certas classes começaram a ler e criar literatura. Algumas dessas criações são relatos das guerras entre clãs pelo controle do país. Com a disseminação e popularidade da literatura, o teatro teve grande evolução como o teatro kabuki e o teatro de fantoches. É nesse período que a influência da literatura indiana ajuda a espalhar a doutrina budista influenciando na poesia, ensaios e diários.

Algumas obras marcam esse período, algumas anônimas como os *Otogizoshi*, coleção de relatos de autores desconhecidos. Também temos o livro *A cabana de três metros quadrados* de Abutsu e *Ensaio em ócio*, de Kenko Yoshida. Na entrada no período Edo, há uma mudança na literatura. Ao contrário dos períodos anteriores, nesse houve o surgimento de uma literatura mundana, obscena. Um dos expoentes dessa vertente foi Ihara Saikaku com o romance *O homem que passou a vida fazendo amor*.

Também nesse período uma das expressões artísticas que mais representam o Japão se consolida. O haicai, poesia que tem a influência do zen e está representado por poetas como Yosa Buson, Kobayashi Issa e seu maior expoente, o monge zen Bashô.



Já na modernidade, a literatura japonesa sofre influência de outras partes do mundo, principalmente do Ocidente. Nomes como Akutagawa Ryunosuke, Yasunari Kawabata, Junichiro Tanizaki, Yukio Mishima, Abe Kobo e Kenzaburo Oe consolidam a força da literatura japonesa no mundo, rendendo dois prêmios Nobel no século 20.

É na modernidade que a influência do Ocidente se faz mais presen-

te, com temas que se distanciam do tradicional. Um dos autores que fazem esse movimento de afastamento é Abe Kobo, nascido num Japão que já estava aberto para o mundo e vivia o conflito entre as artes vindas do ocidente e o tradicional.

Em entrevista exclusiva para o **Correio das Artes**, o professor Claudio Brito fala sobre a importância de Kobo Abe, assim como das artes e da cultura japonesa

para o ocidente. Também conversamos com a poeta Michelle C. Buss, mestra em letras pela UFRGS, onde pesquisou o Ocultismo na obra de Fernando Pessoa e é pesquisadora da cultura japonesa, que nos falou um pouco sobre a influência da arte nipônica no Brasil e da produção feminina hoje.

Os dois dão um panorama geral para aqueles que se interessam pela beleza e força da literatura vindas da terra do sol nascente.

FOTO: PEDRO FRIZZO/DIVULGAÇÃO

Michelle C. Buss

Mestra em letras pela UFRGS, onde pesquisou o Ocultismo na obra de Fernando Pessoa e é pesquisadora da cultura japonesa



A entrevista

■ Michelle C. Buss, como a senhora percebe a influência da cultura, em especial, a literatura japonesa no Brasil?

O Brasil é o lugar com maior número de imigrantes japoneses... com a vinda desses imigrantes para nosso país, naturalmente, a cultura e a literatura da terra do sol nascente vieram junto. É interessante observamos um fato que é pouco percebido: a cultura japonesa é um importante aporte para a formação da identidade de nosso país. Entretanto, paradoxalmente, assim como essa cultura é muito visível, é, ao mesmo tempo, pouco conhecida. Ao mesmo tempo em que o país é terra de maior número de descendentes japoneses, verifica-se uma certa falta de consciência ou mesmo ciência desse fato. É como se a presença dos descendentes de japoneses, muitas vezes, fosse invisível no país, posicionando-se à margem, à periferia. Através da tradução de mangás, da cultura otaku, dos jogos de videogame, dos animes e, agora, com uma leva cada vez maior de traduções diretas de obras japonesas para o português do Brasil, acredito que, no decorrer dos anos, essa invisibilidade irá se diluindo, ficando cada vez mais

“

Desde o século 11 no Japão, há obras produzidas por mulheres

Michelle C. Buss

evidente os importantes diálogos que tecemos com a cultura e literatura da terra do sol nascente.

■ Como está hoje a produção feminina na literatura japonesa? Que autoras a senhora indicaria hoje?

As mulheres foram essenciais para a literatura japonesa, isso porque, antigamente, os homens escreviam em japonês com caracteres

chineses e foi através das mulheres que se estabeleceu o kana, sistema que hoje é vigente no Japão. Além disso, enquanto os homens estavam mais envolvidos na produção de tratados políticos, as mulheres da corte imperial de períodos como Heian, dedicavam seu tempo à produção literária. Desde o século 11 no Japão, há obras produzidas por mulheres, tais como *O livro de travesseiro*, de Sei Shônagon e *O Romance do Genji*, de Murasaki Shikibu. Aprecio muito a escrita de Yoko Tawada, escritora japonesa que mora na Alemanha e tem sua produção atravessada pela exofonia, e Banana Yoshimoto, a qual aprecio as imagens e cadência de sua escrita. Ambas escritoras tem obras traduzidas para o português do Brasil.

■ No século 20 o haikai teve grande influência no Brasil. Como a senhora percebe essa influência hoje na poesia brasileira?

Seja pela influência dos irmãos Campos, da poesia concretista ou da imigração japonesa, o haikai foi marcando presença no nosso espaço literário e, cada vez mais, ganhando importância. Nomes como Paulo Leminski e Millôr Fernandes são referência no que hoje conhecemos como haikai brasileiro. Como comentei anteriormente, há muitos grupos de haikaístas criados por descendentes de japoneses e cada vez mais vemos concursos de haikai também. Editoras como a Bestiário têm aberto espaço significativo para publicação de haikai através da tradução de grandes clássicos como o autor Masaoka Shiki. Também podemos pensar no panorama acadêmico em que encontramos cada vez mais estudos e pesquisas sobre o haikai.

Claudio Brito

Professor do IFPB e documentarista. Possui graduação (UFPB), mestrado (UFC) em Engenharia Elétrica e doutorado em Linguística (UFPB)



A entrevista

■ Professor Cláudio Brito, como o senhor vê a literatura japonesa hoje? Sua influência? E a importância dos autores contemporâneos?

A literatura japonesa, como toda arte produzida no Japão, está tradicionalmente vinculada à contemplação da natureza, à consciência das relações humanas e à impermanência da vida, principalmente em função da influência milenar do xintoísmo e do zen-budismo. As práticas contemplativas, de origem religiosa – como a peregrinação e seus registros, por meio de poemas e gravuras, a cerimônia do chá, os arranjos florais etc. – desenvolveram nos artistas, leitores e espectadores japoneses uma capacidade de fruição estética baseada na beleza, quietude, simplicidade, sensibilidade, imperfeição e impermanência da vida. A estética tradicional japonesa, comumente denominada *wabi sabi*, está associada à capacidade humana de perceber a beleza por meio de um sentimento de gratidão e encanto, diante da incompletude e inconstância das formas efêmeras (animais, vegetais ou minerais), sempre sujeitas ao envelhecimento e desaparecimento. Nesse aspecto, por meio da contemplação do efêmero, surgem narrativas poéticas que permitem conectar o leitor aos fenômenos mundanos passageiros – em geral, por meio de versos curtos, como o haikai. E, no campo da oralidade, com seus mistérios, suas místicas e seus mitos, houve, no Japão, o surgimento de narrativas fantásticas, de caráter religioso ou folclórico, muito exploradas, também, pelos teatros nacionais e populares (Kabuki e Nô). De certa forma, a maioria dos autores japoneses contemporâneos, do pós-guerra, traduzidos no Brasil

“

Wabi sabi:
capacidade humana de perceber a beleza por meio de um sentimento de gratidão

Claudio Brito

– como Kobo Abe (1924-1993), Yukio Mishima (1925-1970), Kenzaburo Oe (1935), Haruki Murakami (1949), Ryu Murakami (1952), Hiromi Kawakami (1958), Yoko Ogawa (1962) e Banana Yoshimoto (1964), para somente citar alguns – estão, de certa forma, vinculados à tradição literária contemplativa e à dicotomia Ocidente-Oriente. Vale salientar que, embora tradicionalmente contemplativo, o processo criativo desses autores dialoga com a sua contemporaneidade, incorporando, principalmente, narrativas fantásticas (Haruki Murakami, Hiromi Kawakami), detetivescas (Yoko Ogawa), existencialistas (Kobo Abe, Yukio Mishima, Kenzaburo Oe, Banana Yoshimoto) e niilistas (Ryu Murakami).

■ Na virada do século 19, houve uma grande influência da litera-

tura ocidental no Japão. Como o senhor enxerga essa influência?

Na primeira metade do século 20, autores como Natsume Soseki, Ryunosuke Akutagawa, Junichiro Tanizaki e Yasunari Kawabata – hoje consagrados e admirados no mundo todo – estabeleciam um diálogo constante com a tradição estética japonesa, de maneira a contrapor os valores ocidentais, impostos ao Japão pelo governo estadunidense, a partir da forçada abertura dos portos aos estrangeiros, em 1854, que desencadeou a modernização trazida pela Restauração Meiji, a partir de 1868. A frustrante experiência anterior com os missionários portugueses, que desembarcaram no país em 1542, levou o xogunato a proibir o cristianismo, os livros e os estrangeiros ocidentais – com exceção dos holandeses – a partir de 1637. Esse isolamento, durante mais de dois séculos, praticamente impediu o povo japonês de ter acesso à literatura ocidental. Na Era Meiji (1868-1912), o xogunato é abolido, o governo imperial retorna ao poder, inspirado no Estado antigo, a capital muda de Quioto para Tóquio (antiga Edo), e o país sofre uma profunda mudança na paisagem urbana, provocada pela maciça industrialização. Nesse período, os escritores japoneses entram em contato com a literatura ocidental, principalmente por meio de narrativas realistas e naturalistas. Antes, a narrativa japonesa valorizava a contemplação da natureza, a consciência de ações cotidianas e o fantástico. Com a ocidental-

FOTO: REPRODUÇÃO/WIKIPEDIA



Obra de Kobo Abe teria sido influenciada pelo existencialismo francês

zação, começa a surgir, entre os autores japoneses, a tendência a uma narrativa que privilegia o homem urbano e suas angústias, os problemas sociais e a luta de classes. E essa “moderna” narrativa japonesa está sujeita a um embate entre formas distintas de interagir com o mundo. De um lado, a visão Ocidental, em que pensar o mundo é mais importante do que senti-lo; do outro, a visão Oriental, em que o sentimento do mundo é decisivo na plena fruição das nossas experiências sensoriais, sejam mentais ou físicas.

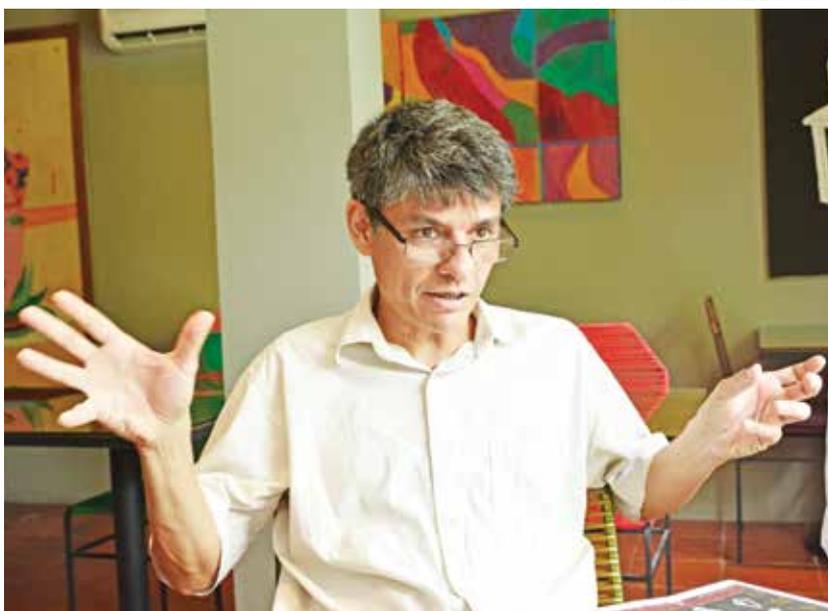
Arquitetura, vestuário, gastronomia, paisagens urbanas, costumes: a transformação da cultura japonesa, entre os séculos 19 e 20, refletia a imensa dicotomia entre um *modo de pensar* o mundo tipicamente masculino (cultura ocidental), idólatra da razão, lógica, simetria, máquina e industrialização e um *modo de sentir* o mundo serenamente feminino (cultura oriental), ligado às estações da natureza, às montanhas, aos rios, aos jardins, aos animais, enaltecida da sensibilidade, intuição, incompletude, flores e florestas.

Esse embate entre razão e sensibilidade provoca fortes reações no meio literário japonês, fortemente vinculado a narrativas mais intuitivas, sensoriais, poéticas. Não à toa, os dois principais clássicos japoneses – *O livro do travesseiro*, de Sei Shônagon, uma crônica do cotidiano da aristocracia japonesa, e *Narrativas de Genji* (intitulado, também, como *Os contos de Genji* ou *Romance de Genji*), de Murasaki

ILUSTRAÇÃO: WIKIPEDIA



Atuando no século 18, Ihara Saikaku foi expoente de uma literatura mundana, obscena



“
Com a
ocidentalização,
começa a
surgir, entre
os autores
japoneses, a
tendência a
uma narrativa
que privilegia o
homem urbano

Claudio Brito

Shikibu, um relato social, político e amoroso do Príncipe Genji –, escritos no início do século XI, são criações femininas que valorizam a contemplação estética, o cotidiano das relações humanas e a emotividade subjetiva. As autoras, duas damas da Corte Imperial, no momento em que refletem sobre seu tempo e espaço, numa perspectiva de artistas inseridas na aristocracia, estabelecem uma narrativa e um estilo literários que ainda podem ser percebidos não somente nos autores antes da Segunda Guerra Mundial, mas também nos contemporâneos. A poesia japonesa, de

versos curtos, muito antes de Matsuo Bashô (1644- 1694), já privilegiava um estilo em que o apogeu da fruição estética ocorre no momento da conexão mental e corporal com o desabrochar dos pequenos eventos e movimentos que ocorrem em nosso entorno, integrando o leitor/espectador à experiência da plena contemplação artística. Curiosamente, o maior autor japonês do início do século 20, Natsume Soseki (1867-1916), vai na contramão da racionalidade ocidental: um típico escritor de vanguarda, Soseki é singular, único, com uma narrativa extremamente criativa, instigante, irônica, permeada de personagens fascinantes, tocantes, sensíveis ao mundo e suas transformações. Embora estudioso da literatura inglesa e grande admirador de William Shakespeare, soube criar uma obra em que a influência externa contribui, agrega, mas sem necessariamente desrespeitar a tradição literária milenar existente em seu país. Da mesma forma, Junichiro Tanizaki (1886-1965) e Yasunari Kawabata (1899-1972), autores importantes da primeira metade do século 20, souberam se apropriar da influência estrangeira sem descaracterizar a tradição literária japonesa. Tanizaki, inclusive, é autor do célebre ensaio *Em louvor da sombra* (Companhia das Letras, 2017), de 1933, em que realiza uma profunda reflexão sobre a incompletude, a partir da fruição estética proporcionada pelo sentimento de *wabi sabi*. A sombra, enquanto metáfora, na literatura representa o mistério, as situações indefinidas, incompletas,



“A concepção estética japonesa está profundamente associada à natureza, em todas as expressões artísticas”

ou seja, seriam possibilidades de sugestões ou finalizações construídas pelo próprio leitor. Admirador de Edgar Allan Poe, Oscar Wilde e Baudelaire, Junichiro Tanizaki soube aplicar o preceito de Leon Tolstói de que “falar da sua aldeia é falar do mundo”. Envolveu-se com a literatura ocidental, admirou-a, mas não sentiu a necessidade de realizar um pastiche. Criou uma obra prenhe de sensualidade, erotismo, ironia, crítica social e ternura, dentro de uma concepção estética estritamente ligada à tradição literária de seu país.

■ Como o senhor analisa a interferência do ocidente na obra Abe?

Infelizmente, até o momento, somente li um livro de Kobo Abe – *A mulher das dunas* (Estação Liberdade, 2021). Conheço mais o trabalho de Abe no cinema, como roteirista dos filmes *Armadilha* (1962), *A mulher da areia* (1964) e *A face do outro* (1966), dirigidos por Hiroshi Teshigahara. Se considerarmos a criação não somente numa perspectiva literária, mas também cinematográfica, creio que, para analisar a obra de Abe, teríamos de refletir sobre a influência do existencialismo francês na literatura japonesa. No Japão, entre os escritores mais importantes, talvez os dois mais influenciados pela literatura existencialista francesa tenham sido Kobo Abe (1925-1993) e Kenzaburo Oe (1935). Enquanto Abe opta por uma reflexão sobre as ações humanas tendo como eixo referencial o conflito

indivíduo-sociedade, Oe utiliza a própria experiência pessoal de seus protagonistas – na maioria das vezes, uma transfiguração do próprio autor –, num conflito estabelecido entre o indivíduo e a família, a fim de encontrar seu lugar no mundo. Em todo caso, independentemente do conflito referencial, família ou sociedade, o indivíduo, para os dois autores, está sempre em busca de um apaziguamento, de um alívio para seus tormentos, uma vez que se sente inadequado, excluído das exigências da modernidade industrializada, com seu utilitarismo materialista e consumista, desprovido de vínculos emotivos concretos e de espiritualidade. Os personagens de Abe e Oe estão sempre em busca de uma redenção, não no sentido amplo, social, pois não querem necessariamente um reconhecimento externo, mas, sim, uma reconciliação com seus demônios internos, de maneira que possam se reconhecer como senhores de seu destino e se aceitar como seres falhos, incompletos, e dispostos, por meio de suas ações virtuosas, a encontrar um sentido para suas vidas, em benefício daqueles que estão em seu entorno.

■ Apesar da globalização, o Japão mantém uma forte valorização das tradições e da sua cultura...

A concepção estética japonesa está profundamente associada à natureza, em todas as expressões artísticas. Ao apreciarmos, por exemplo, os trabalhos do poeta Matsuo Bashô (1644-1694) e do gravurista Katsushika Hokusai (1760-1849), sentimos essa profunda conexão entre arte e natureza, uma espécie de sentimento gravitacional que nos eleva espiritualmente, inclusive nos conectando aos nossos antepassados, por meio da tradição artística. Obviamente que, nos grandes centros urbanos, os japoneses devem sentir o “peso” do concreto em suas vidas, uma vez que o cimento, os prédios e asfaltos começam a ocupar espaços antes destinados aos jardins, aos parques e às florestas, em função, principalmente, do aumento populacional. Tudo isso implica uma redução na qualidade de vida do povo japonês e, de certa forma, uma desconexão com a natureza. Claro que, apesar da industrialização, o

Japão continuou preservando suas tradições, principalmente por meio de festivais populares que incentivam a conexão com as práticas dos antepassados. É uma cultura milenar, sedimentada, ou seja, possui um lastro.

■ Como podemos trazer para a nossa cultura esse reconhecimento e valorização para as tradições brasileiras?

Da mesma forma que a cultura japonesa, permeada de antiguidade e modernidade, consegue escolher e adaptar as influências ocidentais às suas necessidades, de maneira a manter a sua tradição estética e a sua identidade, acredito que, no Brasil, poderíamos, também, valorizar muito mais as nossas expressões artísticas e nossos costumes, num diálogo permanente com nossos antepassados. A tradição é um conjunto de saberes e conhecimentos construído de maneira solidária, coletiva, que se perpetua entre gerações. Mas essa construção coletiva não está estagnada, imóvel, parada no tempo. As novas gerações, dialogando com as práticas de seus antepassados, têm a liberdade de propor mudanças, de adaptar as práticas às suas necessidades atuais. Como brasileiros, poderíamos trilhar um caminho mais consciente e responsável, no que se refere não somente às escolhas realizadas em nossas atividades culturais, mas também quanto às nossas ações sociais, políticas, familiares etc. Quando os japoneses, ao final de um jogo da Copa do Mundo, limpam os estádios, devemos ver essa ação não como um ato independente. No passado, o *Bushido* – o código de honra e ética dos samurais, inspirado na rigorosa disciplina zen-budista praticada nos mosteiros – estabeleceu regras de conduta nos vários setores sociais do Japão, desde a escola até os serviços públicos. Se, por um lado, a disciplina espartana pode enaltecer cegamente governos nacionalistas de extrema-direita, por outro, quando praticada com liberdade, consciência e responsabilidade, pode ajudar o indivíduo a levantar não uma bandeira política ou ideológica, mas, sim, uma bandeira solidária, humanista, em prol do bem-estar coletivo da população.

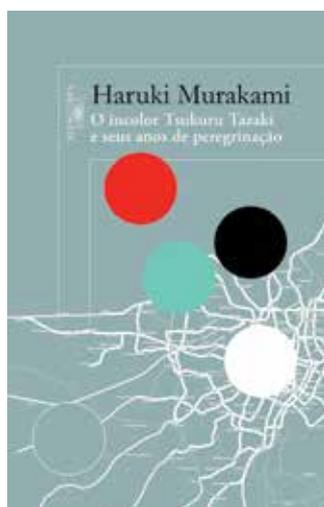
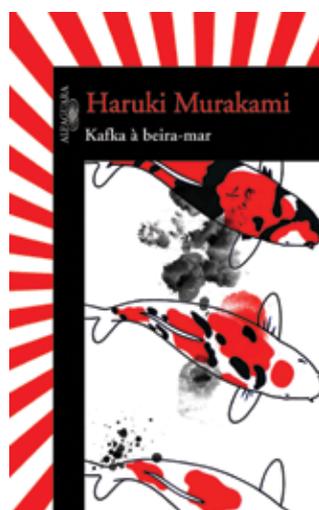
A pedido do **Correio das Artes**, o professor Cláudio Brito indica obras de autores japoneses que servem como guia para iniciantes da literatura japonesa.

Confira:

Creio que **Yasunari Kawabata** (1899-1972), vencedor do Prêmio Nobel de Literatura, em 1968, é um escritor fundamental, para qualquer leitor que tenha interesse em apreciar a tradição estética japonesa, no campo da literatura. A Estação Liberdade praticamente já traduziu toda a sua obra. Kawabata possui uma narrativa pictórica, contemplativa, carregada de grande sensibilidade e plasticidade. Profundo admirador da beleza feminina, costuma dedicar muita atenção às suas protagonistas, com seus mistérios, suas seduções, intuições e sua sabedoria. Um bom começo é *A dançarina de Izu* (Estação Liberdade, 3 ed., 2016), seu primeiro grande sucesso, publicado, no Japão, em 1926. É um relato com tom autobiográfico de um jovem estudante em busca da beleza de seu país; nessa jornada, encontra um grupo de teatro, em que uma bela dançarina atua, e se depara com paisagens, lugares e pessoas fascinantes. Outros dois impactantes livros de Kawabata dedicados à beleza, delicadeza e alma femininas são *O país das neves* (Estação Liberdade, 2004) e *A casa das belas adormecidas* (Estação Liberdade, 8 ed., 2019). Acho que esses três livros servem como ponto de partida ao vasto e sedutor universo literário de Kawabata.

Junichiro Tanizaki (1886-1965) também é um autor essencial, na perspectiva de compreender a tradição literária japonesa. Seus livros são permeados de erotismo, sedução, ironia e humor. Seu mais famoso livro, *As irmãs Makioka* (Estação Liberdade, 4 ed., 2019), é uma tocante narrativa que se passa durante a Segunda Guerra Mundial. Sensível, delicado e sutil, a narrativa, numa perspectiva muito feminina, apresenta os temas tradicionais da literatura japonesa – os templos, as estações, as cerejeiras em flor, o tea-

tro, os quimonos, os jardins, os matrimônios – e o impacto da guerra na vida dos japoneses. Um livro visceral de Tanizaki, que recomendo bastante, é *Voragem* (Companhia das Letras, 2018). Escrito em forma de fascículos, entre 1928 e 1930, para uma revista japonesa, a narrativa aborda a conturbada relação de um jovem casal, cheia de amor, intrigas, traições e ciúmes, e nos faz refletir sobre comportamentos, moral e ética.



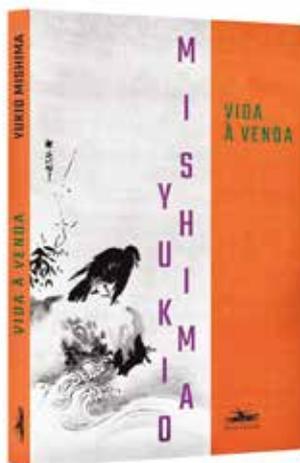
Gosto muito de **Haruki Murakami** (1949). Suas narrativas, impregnadas de elementos fantásticos, são muito criativas, com personagens solitários, intrigantes, misteriosos. Recomendo, para começar, dois livros: *Kafka à beira-mar* (Alfaguara, 2008), sobre

um adolescente, um leitor voraz, que foge de casa em busca de seu passado, na figura da mãe e da irmã, que o abandonaram, quando era criança; e *O incolor Tsukuru Tazaki e seus anos de peregrinação* (Alfaguara, 2014), um lindo relato de um homem que se aventura em lugares distintos, na perspectiva de esclarecer o porquê de, num longínquo passado, ter sido expulso de um unido grupo de amigos; é uma interessante jornada que nos leva a refletir sobre o conflito existente entre a forma como nos vemos e a forma como os outros nos veem.



A escritora **Hiromi Kawakami** (1958) possui uma vasta obra, mas, infelizmente, no Brasil, somente dois livros foram publicados: *Quinquilharias Nakano* (Estação Liberdade, 2010) e *A valise do professor* (Estação Liberdade, 2012). Recomendo a leitura dos dois. Nesses trabalhos, Kawakami promove uma instigante reflexão sobre a amizade e as relações amorosas, tendo como cenário uma loja de bugigangas e um bar, respectivamente. Diálogos, gestos, olhares: a narrativa singela e tocante de Kawakami é uma oportunidade para nos conectarmos com o nosso entorno, com as pessoas mais próximas e, dessa forma, aprendermos a valorizar a poética do cotidiano.

Um autor badalado, mas nem sempre compreendido, é **Yukio Mishima** (1925-1970). Prefiro muito mais o Mishima artista do que o ativista. Quando se dedica plenamente à arte literária, sem apelar para nenhum tipo de engajamento político, é quan



do Mishima mostra o grande talento que tem. Recentemente, a Estação Liberdade lançou um título seu inédito, no Brasil, *Vida à venda* (2020). Publicado, originalmente, numa revista japonesa, entre maio e outubro de 1968, *Vida à venda* é cheio de humor, ironia, uma crítica feroz às ações inúteis, à alienação humana. Um livro interessante, que nos faz refletir sobre os verdadeiros valores humanos. De Mishima, também recomendo *O templo do pavilhão dourado* (Rocco, 1988), um livro inquietante, de grande beleza plástica, que trata da relação conturbada de um jovem com seu passado e um emblemático santuário budista.

Kenzaburo Oe



O escritor **Kenzaburo Oe**, vencedor do Prêmio Nobel de Literatura, em 1994, é também fundamental ao leitor brasileiro interessado na dicotomia Ocidente-Oriente dentro da cultura japonesa. Profundamente influenciado pelo existencialismo francês, Oe propõe uma reflexão sobre o sentido da existên-



cia humana, numa perspectiva bastante pessoal – inclusive, sua obra é regada de elementos autobiográficos, principalmente relacionados ao nascimento de seu primogênito, na década de 1960, com uma anomalia cerebral. Sua prosa é lúcida, enxuta, às vezes angustiante, mas sempre iluminada por ações de redenção. Dois livros seus que considero emblemáticos: *Uma questão pessoal* (Companhia das Letras, 2003), publicado originalmente em 1964, sobre um jovem professor de cursinho que vive em devaneios, diante da dura empreitada de aceitar o nascimento de um filho deficiente; e *Jovens de um novo tempo, despertai!* (Companhia das Letras, 2011), publicado originalmente em periódicos japoneses, entre julho de 1982 e junho de 1983, uma obra densa, complexa, mas um verdadeiro deleite literário, que nos remete a um passado de dores, decepções e escolhas equivocadas, de maneira a contemplarmos um presente mais sereno e esperançoso.

Por último, **Kazuo Ishiguro** (1954), também vencedor do Prêmio Nobel de Literatura, em 2017. Embora tenha saído do Japão aos cinco anos de idade, Ishiguro publicou seus dois primeiros livros numa tentativa de realizar um exercício de memória, resgatando, da infância, as pessoas, as paisagens, os lugares, a arquitetura e os costumes de seu país de origem. Nesses livros – *Uma pálida visão dos montes* (Rocco, 1988), *Um artista do mun-*



do flutuante (Companhia das Letras, 2018) –, Ishiguro apresenta os temas que farão parte de seu repertório, como a nostalgia, a perda afetiva, as consequências de escolhas erradas, a solidão etc., que o consagraram como um dos grandes autores contemporâneos. Seu livro mais famoso, *Os vestígios do dia* (Companhia das Letras, 2016), é uma verdadeira obra-prima.

Eduardo Augusto é graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), é pesquisador da obra do artista visual José Rufino e presta assessoria para a Diretoria de Mídia Impressa da Empresa Paraibana de Comunicação (EPC) e para a editora A União. Mora em João Pessoa (PB)

JORNAL A UNIÃO, O ÚNICO EM SUAS MÃOS.

Há 129 anos **A União** está presente na vida dos paraibanos e é o único jornal impresso em circulação no Estado.





*Transformando vidas
pela música*

Escola de
Música Sesc
Dom Ulrico

Sesc
Fecomércio
Senac